

MARCOS
VENICIUS
A.GONDIM

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

DO QUE ESTAMOS FALANDO





Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – SEBRAE/ CE

CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

- AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ – ADECE
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO CEARÁ – ACC
- BANCO DO BRASIL S/A – BB
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF
- FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ – FAEC
- FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA DO CEARÁ – FACIC
- FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES DA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DO CEARÁ – FEMICRO
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC
- FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO CEARÁ – FECOMÉRCIO
- INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SDE
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE/NA
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – SENAR-AR/CE
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
- PRESIDENTE DO CONSELHO – RICARDO MONTENEGRO CAVALCANTE
- VICE-PRESIDENTE – JOÃO PORTO GUIMARÃES

DIRETORIA EXECUTIVA

- DIRETOR SUPERINTENDENTE – JOAQUIM CARTAXO FILHO
- DIRETOR TÉCNICO – ALCI PORTO GURGEL JUNIOR
- DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – AIRTON GONÇALVES JUNIOR

MARCOS
VENICIUS
A.GONDIM

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

DO QUE ESTAMOS FALANDO

2020

Fortaleza - CE

**SEBRAE**

© 2020. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – Sebrae/CE.

Todos os Direitos Reservados. A Reprodução não autorizada desta publicação no todo ou em parte, constitui violação dos Direitos Autorais (Lei No 9.610/1998)

DESENVOLVIMENTO DE CONTEÚDO

MARCOS VENICIUS A. GONDIM

Contatos do autor:

e-mail: marcos@ce.sebrae.com.br

Telefones: (85) 3255.6677 – 9.9953.0565

COORDENAÇÃO

Unidade de Gestão do Marketing e Comunicação

Carlos Viana Freire Júnior – Articulador

Daniel Kaúla Santos Machado – Coordenação Editorial

Patrícia da Rocha Lopes – Normalização técnica e revisão texto gramatical

COPY DESK

Arlene Holanda

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Ismael Maia

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

André Lucena

REVISÃO

Milena Bandeira

IMPRESSÃO

Bezzera e Costa serviços gráficos Ltda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G637d	Gondim, Marcos Venicius A. Desenvolvimento territorial: do que estamos falando / Marcos Venicius A. Gondim. - Fortaleza, CE : Multipla, 2020. 100 p. : il. ; 21,5cm x 26,5cm. Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-992549-0-1 1. Desenvolvimento territorial. 2. Ceará. I. Título.
-------	--

2020-2283

CDD 338.981

CDU 338.1(81)

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento territorial : Brasil 338.981

2. Desenvolvimento territorial : Brasil 338.1(81)



Av. Monsenhor Tabosa, 777 – Praia de Iracema

Fortaleza/CE – CEP: 60.165-011

0800 570 0800/ www.ce.sebrae.com.br

Dedico este trabalho à instituição Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – SEBRAE/CE pela oportunidade dada para o meu desenvolvimento profissional.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este trabalho conseguisse atingir seus objetivos.

Marcos Venicius A. Gondim

SUMÁRIO

6 | APRESENTAÇÃO

10 | INTRODUÇÃO

12 | O PORQUÊ DO OLHAR
TERRITORIAL

15 | FUNDAMENTOS E MÉTODOS

19 | DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
NO BRASIL

21 | O SEBRAE E O DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL

28 | O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO
CONTEXTO DO SEBRAE CEARÁ

NOSSA DIVISÃO TERRITORIAL

CASE DO SEBRAE/CE

- 33 | COMO FOI DEFINIDA A DIVISÃO
TERRITORIAL

UM MODELO DE INTERVENÇÃO PARA FORTALEZA

- 74 | ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO –
MODELO PARA FORTALEZA

AGLOMERADOS EMPRESARIAIS

- 82 | AGLOMERADOS EMPRESARIAIS: A FORMA
COMO O NOSSO PÚBLICO-ALVO SE
ORGANIZA NOS TERRITÓRIOS

- 93 | CONCLUSÕES FINAIS

- 97 | REFERÊNCIAS

- 99 | SOBRE O AUTOR

APRESENTAÇÃO

Instiguei o Marcos Gondim (MG), articulador da Unidade de Gestão Estratégica, a publicar reflexões dele sobre desenvolvimento territorial dissertadas com frequência nas reuniões internas e externas do Sebrae/CE. Ele topou e as reuniu neste livro intitulado **Desenvolvimento Territorial - Do que estamos falando**, que tenho a satisfação de apresentar.

Compreendo este título como síntese das reflexões relacionadas às tantas definições existentes e práticas realizadas. E quão o Sebrae se insere nessa temática.

A publicação está organizada por partes: Introdução; Porquê o olhar territorial; Desenvolvimento territorial sustentável: fundamentos e métodos; Desenvolvimento territorial no Brasil - Políticas e diretrizes nacionais; O Sebrae e o desenvolvimento territo-

rial; O desenvolvimento territorial no contexto do Sebrae Ceará; Case do Sebrae/CE - Como foi definida a sua divisão territorial; Estratégias de intervenção - modelo para Fortaleza; A forma como o nosso público-alvo se organiza nos territórios.

Do meio das considerações incluídas na obra, encontro que o sucesso do negócio depende da capacidade do empreendedor e do ambiente contíguo do empreendimento, o qual pode ser mais ou menos favorável à prosperidade deste. Portanto, é preciso olhar o ambiente na perspectiva das condições necessárias à sustentabilidade do mesmo e dos empreendimentos. A percepção que negócio e ambiente são inseparáveis ampara a ideia de que todo desenvolvimento é local, pois ocorre no território, portanto deve possuir CEP (Código de Endereço Postal).

Desenrolando as argumentações, o autor examina que cada território requer modelo próprio de desenvolvimento, pois porta elementos de identidade caracterizadores das diferenças territoriais, exemplificando: bacias hidrográficas, vales, chapadas, lagos e circunvizinhanças; áreas habitadas por populações imigrantes, indígenas, remanescentes quilombolas, nações sem autonomia política; áreas marcadas por cadeias produtivas; blocos de países, regiões; recursos naturais renováveis e não renováveis; infraestrutura existente; conhecimentos, habilidades e competências das pessoas (capital humano); níveis de confiança, cooperação, organização, participação social (capital social); níveis de autoconfiança, capacidade de iniciativa (cultura empreendedora); poupança local; capacidade de atrair investimentos; potencialidades, vocações e oportunidades; vantagens comparativas e competitivas.

Tais elementos variam de lugar para lugar e a escolha deles determina a configuração espacial, tornando os territórios únicos, singulares.

A análise objeto deste livro subsidiou a territorialização da atuação do Sebrae/CE por meio de Escritórios Regionais (ER), primando pela melhor forma de estimular o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, tomando como marco a teoria clássica da localização e as teorias do desenvolvimento regional, considerando as complexidades, os níveis de desenvolvimento com causas e efeitos, bem como o comportamento empreendedor de cada ambiente territorial.

Há anotações do autor sobre a história do desenvolvimento territorial no Brasil, acentuando a opção desenvolvimentista do Estado, a partir dos anos 1930, por meio do “projeto de transformação para superar os entraves rumo ao desenvolvimento

industrial do país, cuja base produtiva hegemônica era a atividade agrícola voltada para exportação com uma população predominantemente rural e um ambiente fragmentado, com grandes desigualdades territoriais, políticas e sociais.”

Avalia também o histórico do Sebrae quanto ao desenvolvimento territorial, destacando a inclusão socioprodutiva como estratégia para formar e integrar cidadãos e cidadãs ao mundo, mediante o trabalho com autonomia para a sobrevivência com dignidade sustentável. Expõe que existem as seguintes modalidades de relação de trabalho: assalariamento, empreendimentos privados tradicionais (formais), produção independente (informal) de bens e serviços. Distingue que a inclusão produtiva é evidente na primeira relação; há dificuldades na segunda para os pequenos negócios; na terceira o grande desafio é a formalização.

Com mais de 40 anos de existência, o Sebrae estimula a abertura e apoia pequenos negócios, prática que qualifica esta organização como agente de desenvolvimento e inclusão produtiva territorial.

Assim sendo, o Sebrae atuou e atua a partir da iniciativa de conhecer muito bem as condições socioambientais, políticas, culturais e a socioeconomia do território. Pois acredita que a transformação duradoura da realidade requer conhecimento exaustivo da complexidade da realidade. Daí a necessidade dos diagnósticos estruturados que possibilitam a escolha de ações que visam, ao mesmo tempo, fortalecer os fatores positivos e equacionar aqueles que obstaculizam o desenvolvimento.

Expõe o autor que o Programa Sebrae de Territórios se compõe de projetos e atividades focados no capital humano e social, cuja implanta-

ção segue a metodologia de maior controle dos indicadores, definição de estratégias, formação de uma rede integrada de cooperação que contemple associativismo comunitário e empresarial, cooperativismo. Apresenta como objetivos a melhoria do ambiente local levando moradores e empresários do território a serem protagonistas das próprias ações e se comprometer com a melhoria das condições de vida e trabalho locais.

Reforça que o desenvolvimento sustentável dos pequenos empreendimentos requer um ambiente favorável baseado na articulação comunitária e empresarial; na identificação das vocações, potencialidades, capital social, capital humano; estímulo ao empreendedorismo incentivo, ao associativismo empresarial e à cultura da cooperação objetivando a formação de rede de negócios para maior competitividade das empresas.

Dissemina a cultura da cooperação como forma de pensar e agir, adotando princípios humanísticos, práticas do cooperativismo e permitindo a conquista de objetivos comuns para melhores condições de vida e desenvolvimento territorial sustentável.

Minhas saudações ao Marcos e grato por haver aceito minha sugestão relacionada a sistematizar as reflexões contidas no presente livro, o qual destaco como instrumento motivador da cultura empreendedora, tanto para o público interno e externo do Sebrae, bem como para a sociedade.

Joaquim Cartaxo

Arquiteto e Urbanista e Diretor-Superintendente do SEBRAE/CE

INTRODUÇÃO

O sucesso de um negócio não depende apenas da capacidade do empreendedor, por mais preparado que este seja. Depende, sobretudo, do ambiente que cerca o empreendimento, que poderá ser mais ou menos favorável à sua prosperidade. Diante dessa realidade, surge a necessidade de ampliar o olhar, o campo de visão do empreendedor para o “ambiente”, considerando as diferentes peculiaridades e conjunturas. É necessário trabalhar para identificar e reunir as condições necessárias à sustentabilidade e competitividade dos novos empreendimentos.

Pode-se afirmar que todo desenvolvimento é local, porque ocorre em um determinado território. O conceito “local” não se confunde necessariamente com o de município. Assim, “local” pode ser definido como qualquer porção territorial que se distingue a partir de determinados elementos de identidade, que podem ser: físicos e geográficos (uma bacia hidrográfica, um

vale, uma chapada, o entorno de um lago etc.); étnico-culturais (uma área habitada por imigrantes, por populações indígenas, por remanescentes de quilombos, por nações sem autonomia política etc.); sociais e econômicos (uma área definida pela existência de uma cadeia produtiva); e podem ser políticos (blocos de países, regiões, províncias etc.). Enfim, tais elementos de identidade são elegíveis, pois dependem do critério de escolha dos “sujeitos” que desenham o território.

Todo desenvolvimento acontece em um determinado território, mas os territórios não são iguais. Portanto, para cada território é necessário um modelo próprio de desenvolvimento, sendo sempre imprescindível considerar: as redes de atores locais; as dotações naturais (recursos naturais renováveis ou não renováveis); a infraestrutura existente; o capital humano (conhecimentos, habilidades e competências das pessoas); o capital social (os níveis de confiança,

cooperação, organização e participação social); a cultura empreendedora (níveis de autoconfiança, capacidade de iniciativa); a poupança local; a capacidade de atrair investimentos; as potencialidades, vocações e oportunidades; as vantagens comparativas e competitivas; dentre vários outros fatores.

A combinação entre esses fatores, as heranças culturais, o ritmo das mudanças, as dificuldades e os obstáculos a serem enfrentados, o entusiasmo e a adesão dos agentes locais vão variar, conferindo a cada território uma configuração única, singular, inimitável, ratificando que todo desenvolvimento é local, pois depende da relação entre múltiplos determinantes, que não podem ser replicados ou reproduzidos em outra circunstância.

Este trabalho faz parte de uma análise ampla, cujo objetivo geral é realizar um estudo circunstanciado sobre a reestruturação espacial da distribuição regional do SEBRAE/CE, instituição que fomenta o desenvolvimento do capital humano

e do empreendedorismo no território do estado do Ceará com base na educação. O objetivo principal é subsidiar o redesenho das localizações dos Escritórios Regionais, das Agências e dos Postos de Atendimento, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento local, tendo como foco as micro e pequenas empresas. Busca promover crescimento de forma sustentável e desenvolver o empreendedorismo, característica bem evidente dos cearenses.

Considera a difusão do conhecimento a maneira mais eficaz de promover o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios na perspectiva de um processo espacial, enfatizando a problemática da organização do espaço e do desenvolvimento regional por meio da teoria clássica da localização e do desenvolvimento regional. Para isso, fez-se necessário uma análise espacial considerando as complexidades e características de cada ambiente, observando os níveis de desenvolvimento, bem como suas causas e efeitos no comportamento empreendedor.

O PORQUÊ DO OLHAR TERRITORIAL

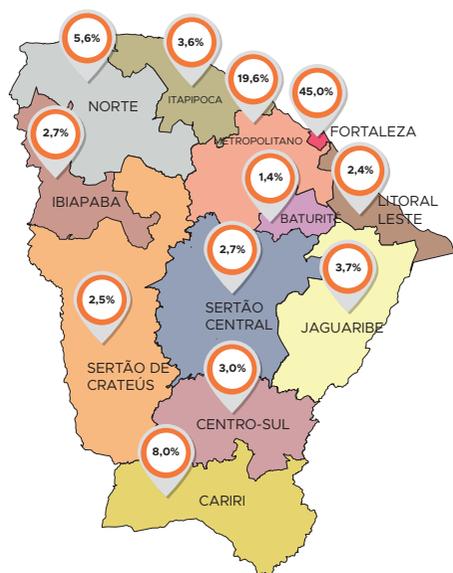
Embora a desigualdade econômica tenha diminuído nos últimos anos, o nível de concentração de renda ainda permanece elevado no Ceará, configurando-se como um dos principais problemas enfrentados pelo Estado. Pode-se afirmar que, além do problema econômico, a desigualdade de renda

proporciona menores oportunidades de inclusão econômica e social, o que resulta numa baixa mobilidade social.

Para evidenciar esta afirmativa, demonstramos a distribuição do PIB nominal e o PIB per capita pelas 12 regionais de atuação do SEBRAE/CE no Estado.

MAPA 01 – DISTRIBUIÇÃO DO PIB PER CAPITA PELOS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO SEBRAE/CE – IBGE 2010

Atlas dos Pequenos Negócios – Indicadores Econômicos



PIB 126,0 bilhões R\$ (2015)

Região	PIB	%	PIN pc	IDH	IDM
Baturité	1.744,00	1,39%	7.149,40	0,616	29,35
Ibiapaba	3.225,04	2,56%	7.177,21	0,607	30,17
Cariri	10.036,87	7,96%	9.115,38	0,620	24,53
Centro-Sul	3.764,53	2,99%	6.785,56	0,608	19,45
Sertão de Crateús	3.164,07	2,51%	6.233,89	0,601	20,72
Fortaleza	56.730,00	45,01%	22.060,00	0,754	71,92
Itapipoca	4.575,86	3,63%	8.467,50	0,614	31,08
Jaguaribe	4.694,33	3,72%	10.108,13	0,629	25,96
Litoral Leste	3.009,56	2,39%	10.440,00	0,639	35,55
Metropolitano	24.695,17	19,56%	13.961,90	0,634	39,19
Norte	7.046,41	5,56%	6.805,42	0,609	26,84
Sertão Central	3.364,58	2,67%	6.745,71	0,607	21,19
Total	126.050,4	100%		0,682	

PIB pc – PIB per capita

IDM = Índice de Desenvolvimento Municipal

FONTE: Unidade de Gestão Estratégica (UGE), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (SEBRAE/CE), 2015.

Verifica-se que a Regional de Fortaleza, junto com a Regional Metropolitana, detêm 64,6% do PIB do Estado e os maiores PIB per capita com R\$ 22.068 e R\$ 13.961, respectivamente. Ver Mapa 01. Congrega também um grande número de empresas optantes do Simples – foco da atuação do SEBRAE –, o que significa, por sua vez, uma concentração das oportunidades de negócios.

Vemos que Fortaleza e sua região metropolitana têm a maior densidade empresarial, concentrando 58,4% das empresas do Estado com índices de crescimento médio anual de 12,8%a.a e 15,0%a.a, respectivamente, acima da média estadual, que é de 12,4%a.a. A Regional do Litoral Leste apresenta a maior taxa média de crescimento anual de pequenos negócios, em torno de 16,2% (ver Mapa 02).

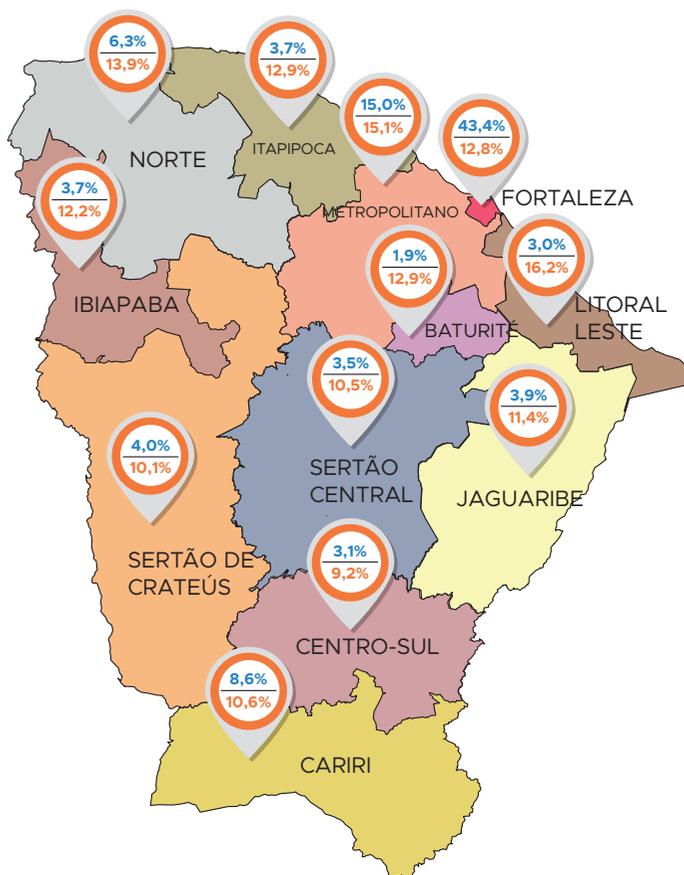
Constatamos, ainda, que as regiões com as maiores taxas de crescimento anual são as próximas ao litoral e/ou Região Metropolitana de Fortaleza e que os índices caem significativamente quando penetramos no interior do Estado.

Considerando que o desenvolvimento territorial local tem características peculiares em função de várias vertentes que diferenciam seu dinamismo, é relevante avaliar o impacto desses fatores nesses territórios. Determinar a relação entre a distribuição da riqueza local e os níveis de concentração empreendedora, considerando a distribuição de renda e a mobilidade urbana.

MAPA 02 – DISTRIBUIÇÃO DA DENSIDADE EMPRESARIAL PELOS TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO SEBRAE/CE

Atlas dos Pequenos Negócios

Densidade e Dinamismo Empresarial – Pequenos Negócios



399.072 Empresas optantes do Simples

DENSIDADE (%) = $\frac{\text{De MPE optante na Região}}{\text{De MPE optante no Estado}}$

DENAMISMO (%) = % crescimento do número de MPEs ao ano

Se a atividade tem uma densidade elevada, ela possui um número relativamente grande de MPE.

Se a atividade tem um dinamismo elevado, muitas MPEs estão entrando no mercado.

Fonte: SRF, dezembro de 2018.

FONTE: Assessoria de Gestão da Estratégia (AGE), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (SEBRAE/CE), 2018.

FUNDAMENTOS E MÉTODOS

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

O conceito de desenvolvimento tem suas origens nos estudos econômicos neoclássicos, formulados por nomes como Smith, Ricardo e Marx, e tem como fator central o crescimento econômico. Inicialmente o conceito de desenvolvimento foi associado ao crescimento, como citam Solare, Franco e Jutkowitz (1976, p. 91). Idêntica postura é apontada por Sunkel e Paz (1970) ao enumerar as características atuais do desenvolvimento à sua identidade, como o crescimento.

Durante duas décadas desenvolvimento continuou sendo sinônimo de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e principalmente do PIB per capita, considerada a medida do nível de desenvolvimento de um território.

O economista britânico Dudley Seers (1970) provocou, no final da década de 1960, uma verdadeira revolução

no conceito de desenvolvimento. Fortemente inspirado no pensamento de Gandhi, esse autor sustenta que devemos perguntar a nós mesmos acerca das condições necessárias para a satisfação das potenciais necessidades humanas. A partir desta pergunta, Seers aponta a pobreza, o desemprego e a desigualdade como condições a serem superadas para o efetivo desenvolvimento de um território.

Cerca de duas décadas após os estudos de Seers, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), inspirado nas ideias de Amartya Sen, Mahbub ul Haq, Richard Jolly e outros, introduziu uma nova forma de medir o desenvolvimento: o conceito de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que reúne três componentes: nível de expectativa de vida da população, renda e nível de conhecimento.

Na história da Economia vários são os modelos de desenvolvimentos implementados, compostos por aspectos teóricos, metodológicos, técnicos, teológicos ou axiológicos. Alguns deles estão centrados no aspecto econômico, outros no aspecto social. Têm diferentes enfoques para a inter-relação implícita entre inclusão-exclusão, conceito de progresso, evolução, crescimento, desenvolvimento e modernização.

Assim, existem muitos conceitos e critérios de “desenvolvimentos”: desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional, desenvolvimento local, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano e outros mais.

Desenvolvimento Territorial – é a mais ampla concepção de desenvolvimento. Trata-se de um conceito associado à ideia de estar contido e não à ideia de conteúdo. É considerado território todo recorte de uma área geográfica de interesse do ponto de vista do desenvol-

vimento. Refere-se a uma escala geográfica: mundo, continente, país, região, estado ou outro recorte.

Desenvolvimento Regional – consiste em um processo de troca estruturante localizada em um território denominado região, associada a um permanente progresso na própria região, considerando a sociedade, a comunidade e os indivíduos que nela habitam. Observa-se a complexidade dessa definição na combinação de três dimensões: uma dimensão espacial, uma dimensão social e uma dimensão individual.

A dificuldade deste conceito vem da definição do que significa região. Segundo Hiermany (1995), a região é um território organizado que contem, em termos reais e em termos potenciais, os fatores de seu próprio desenvolvimento, com total independência de escala.

Desenvolvimento Local – trata de uma modalidade de desenvolvimento que pode tomar forma em diferentes territó-

rios. Pode ser identificado quando ocorre um processo endógeno de desenvolvimento capaz de promover o dinamismo econômico, a mudança da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e/ou agrupamentos humanos.

Uma das crenças mais disseminadas é que para fomentar o desenvolvimento econômico, uma comunidade deve obter o crescimento. (A verdade é que se deve distinguir crescimento de desenvolvimento: crescimento significa fazer mais, desenvolvimento significa fazer melhor – um incremento da qualidade e da diversidade.)

A origem do fomento do Desenvolvimento Local como estratégia deliberada surgiu na Europa, na década de 1980, como uma resposta dos agentes locais aos desafios impostos pelos processos de reestruturação, ajustes econômicos e integração ocorridos no continente. Busca fortalecer os sistemas produtivos e sociais locais, fragilizados pelas transformações do sistema capitalista.

A promoção do Desenvolvimento Local busca, a partir dessa década, atender às demandas e necessidades dos desempregados e excluídos do mercado formal de trabalho. Os critérios aplicados foram: a cooperação entre os agentes econômicos e sociais locais, consenso no plano estratégico geral, um sistema aberto de consulta e discussão, programas operacionais com acordos assinados, instrumentos de aproximação e análise da realidade.

Pode-se concluir que o desenvolvimento territorial é um processo passível de ser realizado em diferentes âmbitos ou cenários geográficos, onde a delimitação do território é convencional. O desenvolvimento regional se localiza em um âmbito geográfico denominado Região e combina três dimensões: a espacial, a social e a individual. Busca a transformação sistemática do território através do progresso de uma comunidade; o fortalecimento da sociedade civil; o sentimento de pertencer à Região; até o

progresso de cada indivíduo para sua realização como pessoa.

O Desenvolvimento Local se refere a uma localidade, a um marco territorial determinado, a um âmbito territorial imediato, onde se impulsionam processos de mudança para a melhoria do bem-estar coletivo. A localização se insere em um espaço geográfico maior, denominado Região.

Segundo Boissier (1998), o crescimento pode ser induzido, num processo que pode ocorrer de cima para baixo (*top-down*) ou de baixo para cima (*bottom-up*), porém o desenvolvimento se mostra sempre como um processo local, endógeno, descentralizado, capilar e contínuo ou descontínuo sobre o território.

A melhor forma para compreender o Desenvolvimento Local é considerar o enfoque sistêmico. O sistema define o espaço local como sendo um sistema integrado a um conjunto de subsistemas inter-relacionados entre si e com

o ambiente. Os conceitos essenciais que sustentam o sistema de Desenvolvimento Local são os atores locais, território, cultura, sociedade, identidade, concertação, participação social e descentralização. O território, a sociedade e a cultura têm papel estratégico na construção de uma identidade social, transcendendo seu enfoque espacial.

O Desenvolvimento Local concebe o território como fator e agente chave do desenvolvimento, por constituir um meio no qual se articulam as relações econômicas, técnicas e sociais existentes em um âmbito geográfico determinado, representando um papel decisivo na construção da identidade e da cultura das diferentes comunidades. O Desenvolvimento Local entende a cultura social, técnica e produtiva como fator gerador de riqueza. A cultura territorial está vinculada aos processos produtivos, geração de emprego, inovação tecnológica e criação de riqueza, sendo fundamental para o desenvolvimento sustentável.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO BRASIL

POLÍTICAS E DIRETRIZES NACIONAIS

Ao historiarmos o processo de desenvolvimento territorial no Brasil é importante retornarmos ao papel central que o Estado desempenhou ao longo do último século. Podemos considerar que somente a partir da década de 1930 o governo brasileiro implementou uma política desenvolvimentista para o País. Naquele momento, entrava em curso um projeto de transformação para superar os entraves rumo ao desenvolvimento industrial do País, cuja base produtiva hegemônica era a atividade agrícola voltada para exportação. A população, à época, era predominantemente rural, sendo notórias as grandes desigualdades territoriais, políticas e sociais.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a expressão desenvolvimento

ganhou espaço nos debates econômicos e políticos, influenciada pela disputa gerada pela Guerra Fria, entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, nações líderes dos mundos capitalista e comunista.

Nesse contexto, importantes atores brasileiros contribuíram com estudos e debates em termos do desenvolvimento do País, iniciados na década de 1950 com os trabalhos da comissão mista Brasil-EUA e norteados pelas análises desenvolvidas pela Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina e do Caribe (CEPAL). De uma maneira geral, esses estudos e debates apontavam para a natureza desigual do desenvolvimento no mundo e formularam teorias que ressaltavam as especi-

ficidades de cada país, procurando identificar a natureza e as causas do subdesenvolvimento.

No início dos anos 1970, Celso Furtado alertava para os limites desse processo de desenvolvimento econômico, influenciado, fundamentalmente, pela dinâmica das economias centrais, que proporcionou o progresso material no País promovendo um grande crescimento do Produto

Interno Bruto sem que fosse acompanhado pela superação dos problemas sociais e desigualdades territoriais.

Com a democratização política no Brasil, ganhou força o debate sobre o desenvolvimento local com a criação de vários Conselhos com a responsabilidade de formulação e gestão de políticas públicas de desenvolvimento territorial, principalmente em territórios deficitários.

O SEBRAE E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Inclusão produtiva é o processo que forma e integra cidadãos ao mundo mediante o trabalho, proporcionando-lhes autonomia para uma sobrevivência com dignidade e sustentabilidade. Há, basicamente, três espécies de relação de produção: o assalariamento, os empreendimentos privados tradicionais (formais) e a produção independente (informal) de bens e serviços. A inclusão produtiva é evidente na primeira relação, na segunda aparecem diversas dificuldades aos pequenos negócios e na terceira há o grande desafio da formalização.

O SEBRAE, em seus mais de quarenta anos de atuação, vem fomentando a abertura de pequenos negócios e apoiando-os, o que já caracteriza um caminho de inclusão produtiva. Há também um histórico consistente de iniciativas para o desenvolvimento local, que promoveram inclusão social coletiva por meio da exploração de potenciais econômicos específicos. Com a recente consolidação da figura do Microempreendedor Individual (MEI¹), as possibilidades de formalização e consequente inclusão produtiva aumentaram significativamente.

1 Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 81.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria (BSM²), em 2011, o SEBRAE passou a integrar e customizar iniciativas em andamento ao eixo de inclusão produtiva do Plano (atendimento a empreendedores individuais beneficiários do Programa Bolsa Família).

Evidenciou-se definitivamente o viés de inclusão produtiva nas ações da instituição. A atuação em regiões urbanas de baixa renda soma-se a essa frente, em conjunto com diversos parceiros e com a própria atuação nos Territórios da Cidadania³, sem contar a trajetória da instituição no apoio ao artesanato e à agricultura familiar.

Seguem exemplos de recortes nesse sentido, realizados pelo SEBRAE no Rio de Janeiro em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade(IETS):

Na cidade do Rio de Janeiro, a partir do processo de pacificação das favelas com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's), da Secretaria de Segurança do Estado, o SEBRAE pôde atuar de forma sistematizada em comunidades antes dominadas pelos grupos armados de tráfico e milícia. A presença do SEBRAE nesses locais está sendo importante para estimular o desenvolvimento socioeconômico, promover e facilit-

2 Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal brasileiro lançou, por meio do Decreto nº 7.492, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014.

O Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades.

3 O Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

tar a formalização de empreendedores e proporcionar qualificação empresarial com assessoria técnica, acesso a serviços financeiros, acesso a mercados, capacitação e promoção do associativismo. Auxilia-se, assim, a integração entre comunidade, órgãos públicos, concessionários de serviços e empresas privadas, e conseqüentemente o desenvolvimento local.

A política de pacificação proporciona parcerias com o poder público, entidades de fomento, instituições financeiras, entidades representativas da comunidade, empresas prestadoras de serviços públicos, universidades, centros de pesquisa e empresas privadas investidoras, favorecendo um ambiente sinérgico de geração de trabalho, renda e negócios para o alcance desses resultados. O projeto também foi planejado para que os pequenos negócios das comunidades, com deficiências

institucionais e socioeconômicas, se preparassem para as oportunidades geradas por eventos como a Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações em 2013, a Copa FIFA em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

A partir da experiência do SEBRAE/RJ nas comunidades pacificadas, foi proposta uma metodologia nacional de atuação em regiões urbanas de baixa renda. As características específicas da cidade do Rio de Janeiro e das respectivas políticas públicas tiveram que ser desconsideradas, obviamente buscando-se sempre possíveis pontos em comum com outras cidades e estados.

Antes de iniciar a apresentação da metodologia, é preciso ainda adotar uma definição de “região urbana de baixa renda”, que será designada pela sigla RUBR⁴. A expressão é utilizada aqui no sentido de abranger o que geral-

4 Expressão utilizada pelo SEBRAE em estudos de desenvolvimento territorial denominada de Região Urbana de Baixa Renda.

mente é denominado como “favela” ou mesmo “comunidade”, sendo essa última uma designação mais apropriada e geralmente mais aceita pelos seus integrantes. Ocorre que nem sempre há comunidades, de fato. Em muitos estados, diferentemente do Rio de Janeiro, as RUBR são meros dormitórios de trabalhadores dos centros urbanos, que não mantêm assim nenhuma identificação com o local e muito menos entre si. Pode-se dizer, enfim, que “região urbana de baixa renda” é um território geralmente de alta densidade populacional, onde os investimentos formais, tanto públicos quanto privados, são precários, com destaque para os campos imobiliário, financeiro e de serviços. Nesse contexto, predominam relações informais de geração de trabalho e renda e grande percentual de subemprego e desemprego, em comparação com os demais bairros da cidade.

Na linha da metodologia geral de desenvolvimento territorial em de-

terminados contextos, foram considerados nesta proposta os seguintes eixos estratégicos:

- Conhecimento e informação qualificada sobre o território;
- Organização de setores empresariais prioritários e promoção do atendimento intersetorial;
- Articulação de uma rede de cooperação e governança público-privada;
- Criação de um ambiente de negócios favorável a partir da Lei Geral;
- Dinamização da economia do território;
- Criação de uma rede de agentes de desenvolvimento;
- Integração com o restante da cidade.

Além desse direcionamento, foram consideradas também as três dimensões do Índice de Desenvolvimento Municipal de Micro e Pequenas Empresas (ID-MPE), desenvolvido pelo SEBRAE/PR em parceria com o Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBPQ):

- Desenvolvimento do Ambiente Institucional;
- Desenvolvimento do Mercado Local;
- Desenvolvimento Empresarial.

A divisão da metodologia de acordo com essas dimensões facilitará a sua utilização, devendo-se lembrar que todas devem estar integradas para o alcance dos objetivos de desenvolvimento territorial. As dimensões representam, na verdade, a própria inserção do SEBRAE como agência de desenvolvimento. No início, a atuação da instituição era

voltada às empresas, individualmente. Com o passar do tempo, percebeu-se que era preciso considerar também as relações entre elas e o mercado em que estavam inseridas. Por fim, as atenções do SEBRAE voltaram-se para o ambiente institucional, cujo marco nacional foi a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

A primeira iniciativa a ser tomada pelo SEBRAE, e que deve permear toda a sua atuação, é conhecer bem o território. Não se pode pretender qualquer transformação da realidade sem conhecimento profundo das motivações e complexidades dessa própria realidade, sendo necessária a realização de diagnósticos prévios. As ações devem ser planejadas a partir da situação real, sem a imposição de uma cadeia lógica e ideal que teoricamente promova o desenvolvimento.

A presente metodologia tem como premissa a utilização das soluções já existentes. Um dos problemas a ser evitado é o retrabalho e a elaboração de novas soluções sem necessidade, criando-se um conjunto desintegrado de iniciativas que confundem o cliente e até mesmo os técnicos da instituição. Sendo assim, o ideal é esgotar ao máximo o que já está disponível, valendo-se das cus-

tomizações para acréscimos que se façam realmente necessários.

O SEBRAE, pela atual segmentação de clientes, atende aos seguintes pequenos negócios: Microempreendedor Individual, Microempresa⁵, Empresa de Pequeno Porte⁶ e Produtor Rural⁷. São abrangidos também os potenciais empresários (com negócio ou prestes a iniciá-lo) e potenciais empreendedo-

5 Para a Receita Federal do Brasil, vinculada ao Ministério da Fazenda, considera-se Microempresa (ME), para efeito do Simples, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

6 Para a Receita Federal do Brasil, vinculada ao Ministério da Fazenda, considera-se Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do Simples, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

7 Consideram-se como atividade rural a exploração das atividades agrícolas, pecuárias, a extração e a exploração vegetal e animal, a exploração da apicultura, avicultura, suinocultura, sericicultura, piscicultura (pesca artesanal de captura do pescado in natura) e outras de pequenos animais; a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura, realizada pelo próprio agricultor ou criador, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando-se exclusivamente matéria-prima produzida na área explorada, tais como: descasque de arroz, conserva de frutas, moagem de trigo e milho, pasteurização e acondicionamento do leite, assim como o mel e o suco de laranja, acondicionados em embalagem de apresentação, produção de carvão vegetal, produção de embriões de rebanho em geral (independentemente de sua destinação: comercial ou reprodução).

Também é considerada atividade rural o cultivo de florestas que se destinem ao corte para comercialização, consumo ou industrialização (Lei n ° 9.430, de 1996, art. 59).

res (alvo do Despertar Empreendedor e da Educação Empreendedora), tendo em vista o foco nos Microempreendedores Individuais nas RUBR e em todas as soluções relacionadas que devem ser consideradas e direcionadas ao contexto de atuação.

O objetivo da visão de futuro é determinar qual será o grande resultado a

ser atingido com o projeto, é imaginar como se quer ver a RUBR no futuro. A visão deve materializar um desejo coletivo de progresso, baseando-se nos anseios de todos os envolvidos. Seguem abaixo exemplos de informações importantes nesse processo, tanto a respeito da situação atual dos empreendedores quanto de sua expectativa para o futuro.

O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO CONTEXTO DO SEBRAE CEARÁ

O **Programa SEBRAE nos Territórios – Abordagens Associativas** é o resultado de uma extensão de atuação do **Programa SEBRAE nos Bairros**, metodologia criada pelo SEBRAE/CE no ano de 1999, que tem atuado na capital cearense de maneira integrada e sustentável, gerando ocupação e renda nos bairros periféricos de Fortaleza através do fomento ao empreendedorismo e estímulo ao associativismo empresarial e à cultura da cooperação. A partir de 2003, o programa passou a atuar com os preceitos da metodologia Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), adotada por todo o sistema SEBRAE, objetivando, a formação de redes de pequenos negócios.

O Programa é composto de planos de desenvolvimento focados no ca-

pital humano e social. A metodologia utilizada na execução das ações possibilita um maior controle dos indicadores e redefinição de estratégias, propondo a formação de uma rede integrada de cooperação, contemplando o associativismo comunitário e empresarial e o cooperativismo, objetivando a melhoria do ambiente local, levando os moradores e empresários do território a serem protagonistas de suas próprias ações e se comprometerem com a melhoria do nível de qualidade de vida.

O desenvolvimento sustentável dos pequenos empreendimentos se dará em um ambiente favorável, tendo como base a articulação comunitária e empresarial. É digno de nota ressaltar que este cenário deverá

ser elaborado e executado de acordo com as fases da metodologia, começando com a identificação de vocações e potencialidades, capital social, capital humano, fomento ao empreendedorismo, incentivo ao associativismo empresarial e à cultura da cooperação, com objetivos bem claros de formação de redes de negócios, gerando, com isso, uma maior competitividade das empresas.

Disseminar a cultura da cooperação como uma forma de pensar e de agir exige das pessoas a adoção de princípios humanísticos, nem sempre fáceis de trabalhar em grupos. Porém, convém ressaltar que a prática do cooperativismo permite a conquista de objetivos comuns e favorece uma melhor qualidade de vida e o desenvolvimento territorial e sustentável onde o programa é executado.

Outro ponto forte do Programa é a prática da inclusão social, à medida

que empreendedores estão inseridos em um ambiente desfavorável e passam, através da intervenção da metodologia, a terem melhor acesso ao mercado de trabalho, à tecnologia e a outras oportunidades que facilitarão a melhoria de seus negócios e a sua visão estratégica como empresários.

É de suma importância sensibilizar os grupos a serem trabalhados, com mudanças de atitudes e comportamentos, ou seja, sair do eu para o nós, num movimento onde todos unem suas energias, experiências e conhecimentos de sua realidade para modificá-la e, com isso, ganhar juntos. É a própria comunidade se articulando e sendo protagonista de seu próprio desenvolvimento.

A estrutura do Programa SEBRAE nos Territórios – Abordagens Associativas é composta pela apresentação do Papel do Gestor como ferra-

menta de trabalho do programa, do conceito de Associativismo Empresarial, dos objetivos e das premissas do Programa e das 4 (quatro) fases para implantação da metodologia:

- **1ª FASE** – Sensibilização;
- **2ª FASE** – Formação de Grupos e Planejamento;
- **3ª FASE** – Execução do Planejamento e Controle do Processo;
- **4ª FASE** – Autonomia e Desligamento.

FIGURA 01 – FASES DA ABORDAGEM DO SEBRAE NOS TERRITÓRIOS

Encontro 01 Apresentação, O Papel do Gestor e Associativismo	4 HORAS
Encontro 02 – (Fases de Aplicação do Programa) Resumo do Programa	4 HORAS
Encontro 03 – (Fases de Aplicação do Programa) 1ª FASE – Sensibilização	4 HORAS
Encontro 04 – (Fases de Aplicação do Programa) 2ª FASE – Formação de Grupos e Planejamento	4 HORAS
Encontro 05 – (Fases de Aplicação do Programa) 3ª FASE – Execução do Planejamento e Controle do Processo 4ª FASE – Autonomia e Desligamento	4 HORAS
Encontro 06 – (Fases de Aplicação do Programa) Resultados do Programa e Conclusão	4 HORAS

PROGRAMAÇÃO

SEBRAE

0800 570 0800 / www.sebrae.com.br

FONTE: Unidade de Desenvolvimento Territorial (UDT), SEBRAE/CE, 2014.

A map of a territory divided into several colored regions. The regions are colored in shades of light blue, olive green, pink, light orange, brown, light yellow, blue-grey, purple, and light green. The map is set against a background of orange squares and dots.

NOSSA DIVISÃO TERRITORIAL

CASE DO SEBRAE/CE

COMO FOI DEFINIDA A DIVISÃO TERRITORIAL

A organização espacial da distribuição da população é uma parte integrante da estratégia de políticas para o desenvolvimento e combate à pobreza. Esse tipo de organização espacial pode afetar diretamente a estrutura econômica do interior do Estado, por influenciar na viabilidade de várias atividades econômicas, nos níveis de produtividade, no acesso aos mercados, bem como no acesso ao emprego.

A política de organização espacial considera três níveis: a distribuição entre a população rural e a população urbana, a distribuição da população urbana entre a região metropolitana e o interior, e a organização espacial da população urbana do interior.

“Urbanização sem aumentar a concentração metropolitana implica no desenvolvimento e crescimento das cidades do interior, ou da interiorização da urbanização.” (RONDINELLI e RUDDLE, 1978)

Uma mudança natural da estrutura espacial é, normalmente, a criação de um processo de “dispersão concentrada”: a população e a atividade econômica estão dispersas no centro metropolitano principal, mas não estão espalhadas igualmente por todo o Estado.

A definição dos territórios foi um estudo que integrou uma equipe multidisciplinar, envolvendo ativamente o

SEBRAE/CE e a UECE, através de um processo interativo na concepção, elaboração e implementação de metodologias matemática e computacional desenvolvidas no trabalho em pauta. As tarefas foram distribuídas da seguinte forma:

- A.** O mapeamento georeferenciado de todos os 184 municípios do Ceará e a geração da matriz de ordem 184x184 de distâncias mínimas pela malha rodoviária entre as sedes de cada um dos municípios. Foi utilizado um *software* denominado Geoprocessamento em Sistemas de Otimização de Rotas (GEOSOR) para geração dessa matriz de distâncias mínimas.
- B.** Estudos de métodos de classificação (clusterização); modelos pseudogravitacionais a partir de indicadores socioeconômicos, tais como PIB, IDH, IDM, Distância pela Malha Rodoviária, PIB per capita etc.

- C.** Adequação de modelos de Otimização Combinatória de Cobertura Disjunta.
- D.** Modelos Híbridos com raio de abrangência que considere municípios dentro desta circunferência para alocação de novas facilidades do SEBRAE/CE.
- E.** Desenvolvimento de ambientes computacionais interativos e otimizados que permitam simular cenários alternativos sobre novos redesenhos da estrutura espacial do SEBRAE no Estado do Ceará.

A nova distribuição dos centros regionais do SEBRAE/CE proposta nesse estudo leva em consideração as relações de afinidades e atratividades entre os municípios que serão sede das novas regionais e agências do SEBRAE/CE. Essas afinidades foram determinadas por grupos de indicadores escolhidos

através de estudos estatísticos, para que pudessem representar, da melhor forma possível, os relacionamentos econômicos, sociais e culturais entre os municípios cearenses. Assim, só estarão ligados a um centro ou a uma agência aqueles municípios afins. Abaixo, listamos os indicadores mais relevantes que foram considerados para a geração dos resultados:

- Área Territorial;
- População Urbana;
- Taxa de Urbanização;
- PIB;
- Densidade Demográfica;
- PIB per capita;
- IDM (máximo e mínimo);

- IDH (máximo e mínimo);
- Distâncias rodoviárias entre centros urbanos.

A metodologia de regionalização utilizada neste trabalho está subsidiada em duas fases: manutenção dos atuais municípios polos das regionais existentes e a definição através da modelagem de novos municípios candidatos a Escritório Regional ou à Agência SEBRAE ou a Posto de Atendimento.

Os modelos que melhor espelham este desenho são baseados na Teoria Gravitacional de Newton. Foram utilizadas técnicas pseudogravitacionais para compor coeficientes de modelos de Programação Linear Inteira Mista, cuja complexidade algorítmica é da ordem NP-hard, o que exige, na maior parte, tempos computacionais de execução extremamente proibitivos.

Utilizou-se o algoritmo Branch-and-Bound para obtenção da solução ótima dos problemas PPLI de classificação. As metodologias matemática e computacional aplicadas neste trabalho utilizam ferramentas de Programação Linear Inteira na formulação de um modelo clássico de cobertura (Set Covering Problem), que relaciona os indicadores de cada município de forma a determinar aqueles mais desenvolvidos que se tornarão polos e, conseqüentemente, oferecendo uma maior influência nos municípios que estarão dentro de sua área de cobertura. Um modelo pseudogravitacional foi utilizado como critério para alocar municípios que estivessem na interseção de duas ou mais áreas de cobertura de polos distintos para um único polo.

A metodologia computacional foi concebida através do desenvolvimento de um *software* no qual podemos estabelecer cenários que se

ajustam à realidade do SEBRAE/CE como ferramenta de **apoio aos processos de decisão** de suas futuras instalações em todo o Estado, executando de uma maneira otimizada a cobertura de todos os municípios, sem penalizar os menos desenvolvidos, que também poderão se tornar polos, para que sejam promovidos seus desenvolvimentos. Isso pode ser adequado no sistema de acordo com o *feeling* do gestor, pois essa ferramenta computacional interage de forma bastante harmônica com a realidade do SEBRAE/CE.

MODELO DE CLASSIFICAÇÃO PSEUDOGRAVITACIONAL

$$\text{Min } \sum_{i=1}^{184} \sum_{j=1}^s C_{ij}^{-1} X_{ij}$$

Sujeito a:

$$\text{Raio R km) } \sum_i \sum_{j=1}^s X_{ij} \geq 1 \text{ para s municípios dentro do raio R km}$$

Onde:

$$C_{ij} = \frac{P_i \times IDM_i \times IDH_i \times P_j \times IDM_j \times IDH_j}{d_{ij}^2}$$

e:

P_i e P_j = Populações dos municípios i e j , respectivamente.

IDM_i e IDM_j = Índices de Desenvolvimento Municipal dos municípios i e j , respectivamente.

IDH_i e IDH_j = Índices de Desenvolvimento Humano dos municípios i e j , respectivamente.

D_{ij} = Distância pela malha rodoviária entre o município i e o município j .

Obs.: No modelo acima, o raio de cobertura R varia de 50 a 100 km.

Com essa ferramenta, espera-se que o SEBRAE/CE possa oferecer mais assistência às regiões mais pobres do Ceará, como também manter a influência dos grandes centros.

De acordo com o mapa abaixo, são 11 macrorregiões apoiadas por Escritórios Regionais, que estão subdivididas em microrregiões caracterizadas por indicadores disponibilizados por institutos de pesquisa certificados e de peso nacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que garantem maior confiabilidade nas informações trabalhadas e sustentação em nossas decisões, segundo as prioridades locais e nacionais.

Diversas simulações foram realizadas e, em seguida, analisadas com o objetivo de se obter o resultado otimizado no cenário da Distribui-

ção Regional do SEBRAE/CE. O resultado foi obtido segundo os indicadores descritos na introdução, juntamente com as ferramentas matemáticas e computacionais. Logo abaixo, será expresso o cenário considerado ótimo para alocação dos centros regionais e das agências que poderão ser implantadas. É importante ressaltar que o modelo otimizado preserva os centros regionais já existentes, mostrando assim uma forte coerência nas escolhas dos cenários preestabelecidos pelo SEBRAE/CE.

O modelo matemático escolheu 11 Unidades Regionais e novos locais candidatos a agências, conforme listagem e mapa a seguir, cobrindo os 184 municípios do Ceará. Também encontra-se entre parênteses o *ranking* obtido de cada município, através do seu índice relativo de desenvolvimento que

sinaliza seu peso geo-econômico-social em relação à Fortaleza, que foi adotada como referência (1.00 pontos). Esse índice geo-econômico-social é definido pelo coeficiente c_{ij} no modelo matemático acima, que mede afinidades e atratividades entre municípios.

Foram definidos três tipos de estruturas regionais:

Tipo 1 – Escritório Regional

Centro primaz com infraestrutura adequada para atender um raio de até 100 km da sede do município e vinculação hierárquica com a diretoria do SEBRAE/CE, com sede em Fortaleza.

Tipo 2 – Agência Sebrae

Centro secundário com infraestrutura adequada para atender um raio de até 50 km da sede do município e vinculação hierárquica com o Escritório Regional de sua área de influência.

Tipo 3 – Posto de Atendimento

Centro terciário com infraestrutura adequada para atendimento somente na sede do município e vinculação hierárquica com o Escritório Regional de sua área de influência.

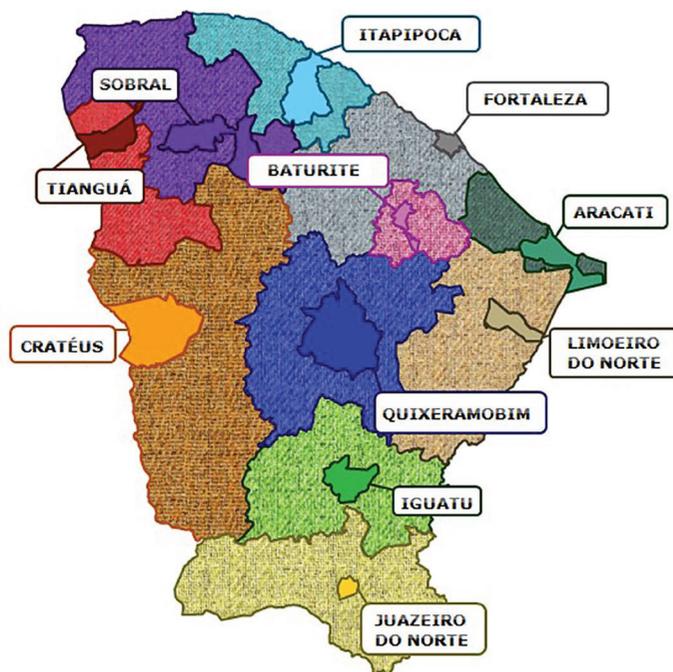
Após a aplicação do modelo, alguns ajustes foram realizados para melhor adequação dos municípios às regiões. Esses ajustes levaram em consideração aspectos históricos, culturais, geográficos e administrativos.

Classificação dos Escritórios Regionais

Regional	Município Sede	Índice Cij*
Metropolitana	Fortaleza	100
Norte	Sobral	49.35
Cariri	Juazeiro do Norte	47.04
Centro Sul	Iguatu	20.53
Litoral Leste	Aracati	11.18
Sertão de Crateús	Crateús	11.06
Jaguaribe	Limoeiro do Norte	10.02
Ibiapaba	Tianguá	9.27
Sertão Central	Quixeramobim	8.23
Maciço de Baturité	Baturité	4.29
Itapipoca	Itapipoca	3.69
* Índice Geo-econômico-social		

Mapa 01 – Divisão Regional

- Norte
- Itapipoca
- Metropolitano
- Litoral Leste
- Ibiapaba
- Sertão de Crateús
- Sertão Central
- Baturité
- Jaguaribe
- Centro Sul
- Cariri



Definição da Estratégia de Intervenção

Os pequenos negócios no Ceará somam 377.476 empresas optantes pelo Simples (30/02/2018) e 803.190 candidatos a empresários (PNAD, 2017). Além de 171.826 produtores rurais (PNAD, 2017) e 13.612 artesãos (SICAB, 2018).

Utilizando o conceito de densidade (maior concentração geográfica de MPE) e dinamismo (índice de crescimento das MPE num determinado período), buscou-se a identificação das regiões com maior densidade e maior atratividade.

Densidade (%)

$$= \frac{\text{Nº de Pequenos Negócios na Região}}{\text{Nº de Pequenos Negócios no Estado}} \times 100$$

Se a região apresenta uma densidade elevada, ela tem um número relativamente elevado de empresas.

Dinamismo (%)

$$= \text{Crescimento médio anual de Pequenos Negócios}$$

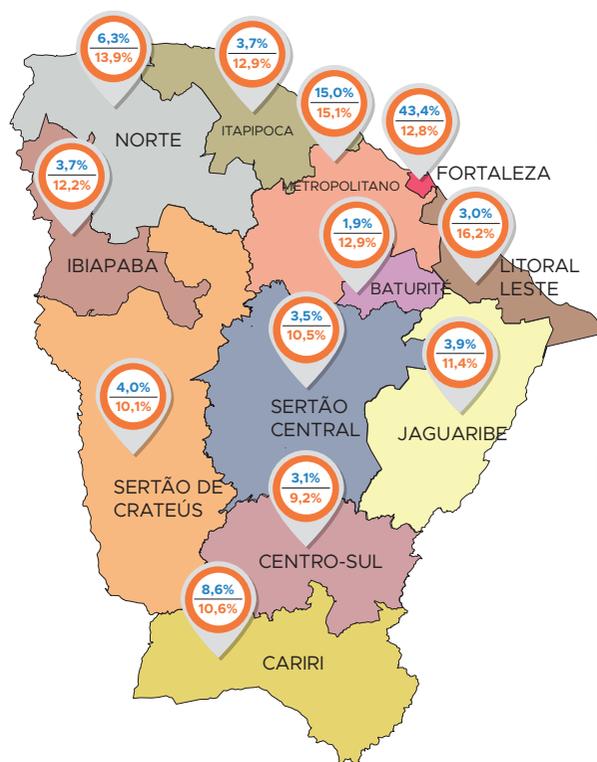
Se a região tem uma taxa de crescimento médio anual elevada, indica que muitas empresas estão entrando no mercado. Logo a região tem um certo dinamismo.

O mapa abaixo representa graficamente os índices de densidade e dinamismo nas diversas regiões de atuação do SEBRAE/CE, índices esses que irão orientar a nossa atuação nos diversos ambientes.

A partir deste levantamento e da distribuição dos dados de densidade e dinamismo nas regiões de atuação do SEBRAE/CE, fez-se a plotagem em um gráfico de distorção classificando as regiões em quadrantes assim distribuídos:

Atlas dos Pequenos Negócios

Densidade e Dinamismo Empresarial – Pequenos Negócios



399.072 Empresas optantes do Simples

$$\text{DENSIDADE (\%)} = \frac{\text{De MPE optante na Região}}{\text{De MPE optante no Estado}}$$

Se a atividade tem uma densidade elevada, ela possui um número relativamente grande de MPE.

$$\text{DINAMISMO (\%)} = \% \text{ crescimento do número de MPEs ao ano}$$

Se a atividade tem um dinamismo elevado, muitas MPEs estão entrando no mercado.

Fonte: SRF, dezembro de 2018.

Território BD/BD – com baixa densidade e baixo dinamismo.

Território AD/BD – com alta densidade e baixo dinamismo.

Território BD/AD – com baixa densidade e alto dinamismo.

Territórios AD/AD – com alta densidade e alto dinamismo.

O território com baixa densidade empresarial e com baixo dinamismo econômico desenvolverá uma agenda de ações focada no desenvolvimento local. Deverá ter como objetivo principal o fomento ao empreendedorismo e o incremento do protagonismo local, ou seja, a constituição e o fortalecimento das redes de atores locais capazes de liderar o processo de mudanças. Trata-se, portanto, de programar ações que busquem induzir ou promover a emergência de atores

sociais aptos a protagonizarem as mudanças políticas, econômicas e sociais que vão deflagrar um processo de desenvolvimento endógeno e sustentável.

Serão priorizadas ações tais como:

- Fortalecimento do capital humano (desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências das pessoas);
- Fortalecimento do capital social (desenvolvimento dos níveis de confiança, cooperação, organização e participação social);
- Promoção da cultura de cooperação (reciprocidade, cooperativismo, associativismo);
- Promoção da cultura empreendedora;
- Capacitação de lideranças;

- Diagnóstico participativo dos ativos locais;
- Apoio ao empreendedorismo local (iniciação empresarial, gestão empresarial, acesso ao crédito).

Os territórios com alta densidade empresarial e com alto dinamismo econômico são aqueles que caracterizam os “aglomerados de empresas localizados em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governos, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa”.

Considerando tais características, podemos desenhar territórios que incluam redes de empresas localizadas numa rua, num bairro, numa cidade, numa rede de cidades, numa área rural de um ou de vários

municípios. Além disso, tais redes de empresas podem envolver: apenas micro e pequenas empresas (redes de MPE); micro, pequenas e médias empresas (redes de MPME); micro, pequenas e médias empresas articuladas com grandes empresas (redes de fornecedores e prestadores de serviços em torno de uma empresa-líder); ou apenas grandes empresas.

Nesse tipo de território, uma agenda de ações focada no desenvolvimento local deverá ter como objetivo principal o incremento da competitividade. Trata-se, portanto, de programar ações que busquem facilitar a cooperação entre as empresas e ampliar sua capacidade de inovação e de agregação de valor aos produtos.

Priorizadas ações tais como:

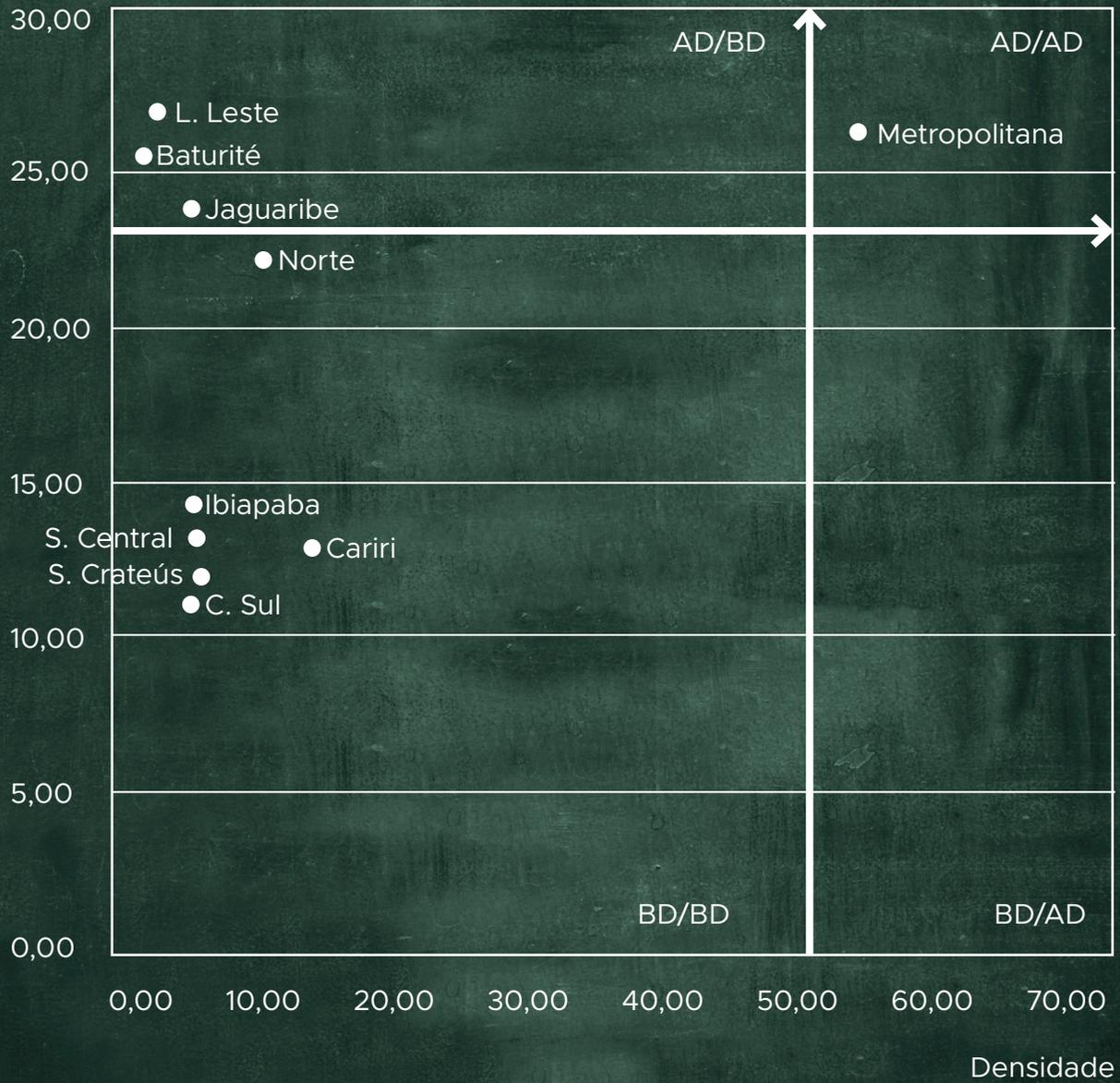
- Identificação das redes de empresas;

- Melhoria dos níveis de cooperação e parceria;
- Melhoria nas formas de governança compartilhada (representação de interesses);
- Melhoria dos serviços de capacitação (seja na gestão empresarial, seja no treinamento da força de trabalho);
- Melhoria dos serviços de acesso ao crédito (finanças de proximidade, *cluster bank*);
- Melhoria dos serviços de apoio à inovação (laboratórios, centros de pesquisa, universidades);
- Melhoria da logística de produção e distribuição;
- Apoio à criação de marcas próprias;
- Apoio à adoção de processos de certificação que agreguem valor aos produtos;
- Apoio à abertura de novos canais de comercialização.

O gráfico representa os índices de densidade e dinamismo nos diversos territórios de atuação do SEBRAE/CE, índices esses que irão orientar a nossa atuação nos diversos ambientes.

Esse olhar analítico da distribuição territorial da ação do SEBRAE/CE possibilitou a construção dos perfis econômicos e sociais de cada uma das regiões de atuação dos nossos Escritórios Regionais, abordando indicadores demográficos, sociais e econômicos.

Dinamismo



Regional do Cariri

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 15.727,8 (10,6%)
População (2017) = 967.145 hab (10,7%)
Densidade demográfica (hab/Km²) = 61,5
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 0,74%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 10.036,87 MI (8,0%)
PIB per capita (2015) = R\$ 8.115,38
IDH (2010) = 0,620
IDM (2016) = 24,53

PEQUENOS NEGÓCIOS

PN (2018) = 34.157 (8,6%)
MEI (2018) = 19.106 (7,7%)
Densidade (PN/1000hab) = 35,3
Dinamismo (2007/2018) = 10,6%
Sobrevivência dos PN = 78,0%
Emprego Formal (2017) = 63.946 (46,9% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$ - 2015) = 2,1 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 354.306 (14,6%)
Suíno = 107.410 (8,2%)
Ovinocaprino = 190.630 (5,5%)
Galináceos = 2.225.237 (8,0%)

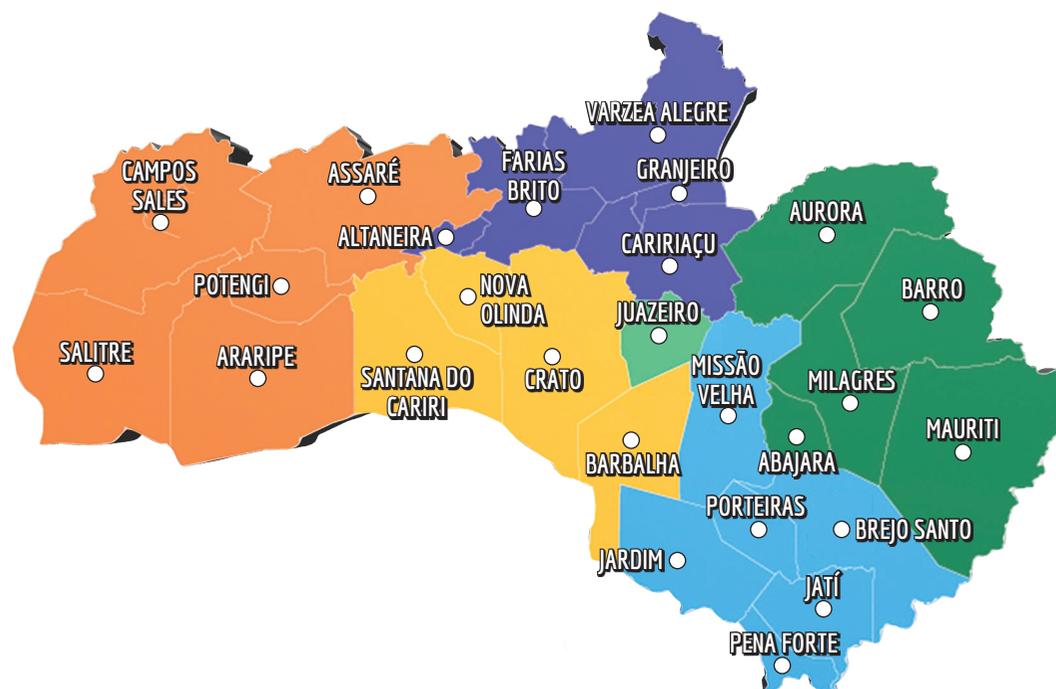
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 45.568 (8,6%)
Mel (t) = 155.977 (13,6%)
Ovos (mil dz) = 4.452 (2,8%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Banana (t) = 59.477 (18,4%)
Feijão (t) = 6.524 (11,5%)
Mandioca (t) = 71.116 (18,3%)
Milho (t) = 21.099 (18,4%)

Perfil Regional do Cariri



A Regional do Cariri tem 10,6% do território e 10,7% da população do estado do Ceará. Apresenta uma densidade demográfica de 61,5 habitantes por Km², com taxa geométrica de crescimento anual de 0,74%.

Em relação aos aspectos econômicos, detém 8,0% do PIB estadual (base de 2015) com uma renda per capita de R\$ 8.115,38, IDH de 0,620 (2010) e Índice de Desenvolvimento Municipal de 24,53 (2016).

Concentra 8,6% do universo de pequenos negócios do Estado (34.157 empresas) com uma proporção de 55,9% MEI, apresentando uma densidade empresarial relativa de 35,3 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 10,6%. Os pequenos negócios do município são responsáveis por 46,9% dos empregos formais na Região.

Regional do Jaguaribe

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 15.874,3 (10,7%)
População (2017) = 424.433 hab (4,7%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 26,7
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 0,63%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 4.694,33 MI (3,7%)
PIB per capita (2015) = R\$10.108,13
IDH (2010) = 0,629
IDM (2016) = 25,86

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 15.467 (3,9%)
MEI (2018) = 8.969 (3,6%)
Densidade (PN/1000hab) = 36,5
Dinamismo (2007/2018) = 11,4%
Sobrevivência dos PN = 77,8%
Emprego Formal (2017) = 25.848 (36,3% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 0,9 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 343.468 (14,2%)
Suíno = 115.259 (8,8%)
Ovinocaprino = 666.396 (2,4%)
Galináceos = 2.225.237 (8,0%)

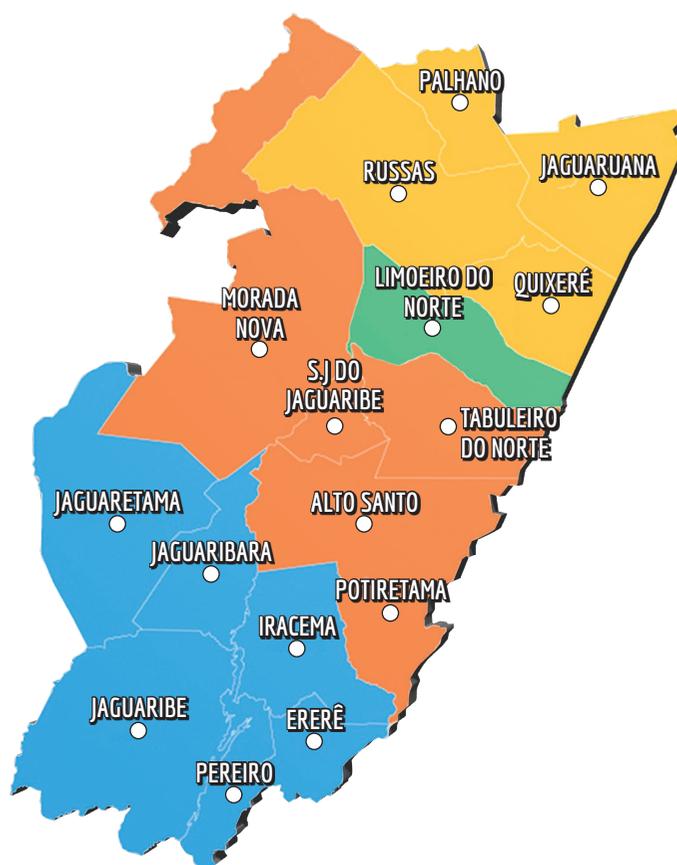
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 124.758 (23,6%)
Mel (t) = 99.006 (8,6%)
Ovos (mil dz) = 2.334 (4,4%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Banana (t) = 90.410 (27,9%)
Feijão (t) = 14.802 (13,4%)
Mandioca (t) = 51.728 (52,5%)
Milho (t) = 142.249 (19,9%)

Perfil Regional do Jaguaribe



A Regional do Jaguaribe tem 10,7% do território do Estado e 4,7% da população. A densidade demográfica é de 26,7 habitantes por Km², com taxa geométrica de crescimento anual de 0,63. O PIB corresponde a 3,7% do estadual (base de 2015), com renda per capita de R\$ 10.108,13, IDH de 0,629 (2010) e Índice de Desenvolvimento Municipal de 25,86 (2016).

Detém 3,9% do universo de pequenos negócios do Estado (15.467 empresas), sendo 57,9% MEI. Apresenta uma densidade empresarial relativa de 36,5 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 11,4%. Na região, os pequenos negócios são responsáveis por 36,3% dos empregos formais.

Regional do Sertão Central

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 19.611 (13,2%)
População (2017) = 461.803 hab (5,1%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 23,5
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 0,87%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 3.364,58 MI (2,7%)
PIB per capita (2015) = R\$ 6.745,71
IDH (2010) = 0,607
IDM (2016) = 21,19

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 13.830 (3,5%)
MEI (2018) = 8.308 (3,4%)
Densidade (PN/1000hab) = 30,0
Dinamismo (2007/2017) = 10,5%
Sobrevivência dos PN = 82.3%
Emprego Formal (2017) = 13.234 (46,3% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$ 2015) = 0,6 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 388.983 (16,0%)
Suíno = 95.971 (7,4%)
Ovinocaprino = 481.845 (14,0%)
Galináceos = 4.262.535 (15,1%)

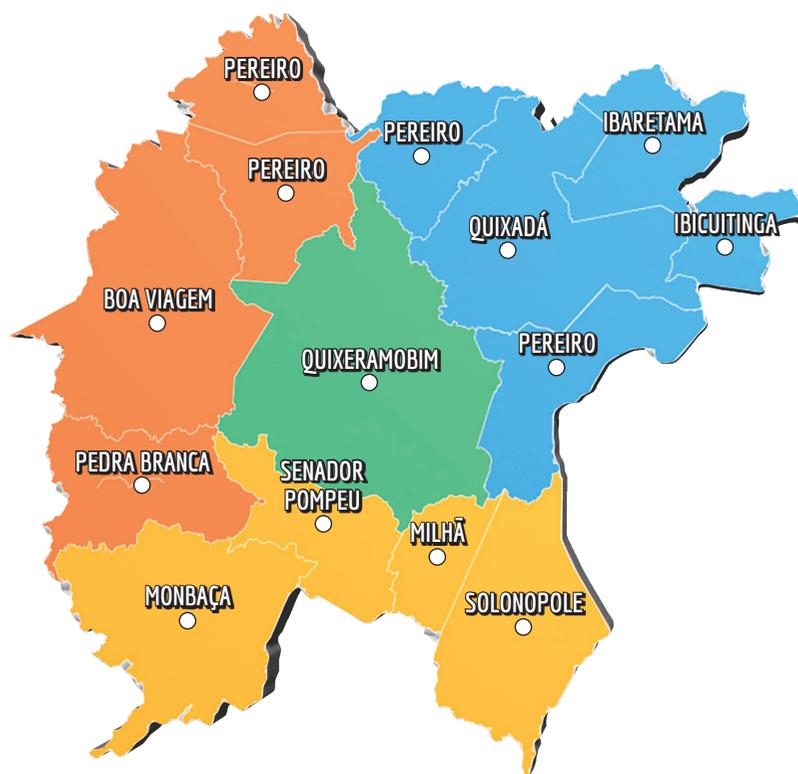
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 99.401 (18,8%)
Mel (t) = 263.574 (23,0%)
Ovos (mil dz) = 5.048 (3,1%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Feijão (t) = 6.184 (10,9%)
Milho (t) = 11.182 (9,7%)

Perfil Regional Sertão Central



A Regional do Sertão Central ocupa 13,2% do território do Estado e representa 5,1% da população cearense. A densidade demográfica é de 23,5 habitantes por Km², apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,87%.

Nos seus aspectos econômicos, tem 2,7% do PIB estadual (base de 2015), com renda per capita de R\$ 6.745,7, IDH de 0,607 (2010) e Índi-

ce de Desenvolvimento Municipal de 21,19 (2016).

Detém 3,5% do universo de pequenos negócios do Estado. São 13.830 empresas, das quais 60,1% são MEI. A densidade empresarial é de 30 empresas para cada mil habitantes, com taxa de crescimento média anual de 10,5%. Na região, os pequenos negócios respondem por 46,3% dos empregos formais.

Regional do Norte

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km2) = 15.946,0 (10,7%)
População (2017) = 718,647 hab (8,0%)
Densidade demográfica (hab /Km2) = 45,1
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 1,28%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 7.046,41 MI (5,6%)
PIB per capita (2015) = R\$ 6.805,42
IDH (2010) = 0,609
IDM (2016) = 26,84

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 25.305 (5,8%)
MEI (2018) = 15.720 (4,7%)
Densidade (PN/1000hab) = 35,3
Dinamismo (2007/2018) = 13,4%
Sobrevivência dos PN = 74,3%
Emprego Formal (2017) = 45.858 (36,5% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 1,3 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 201.036 (8,3%)
Suíno = 227.107 (17,4%)
Ovinocaprino = 334.010 (9,7%)
Galináceos = 2.225.237 (4,3%)

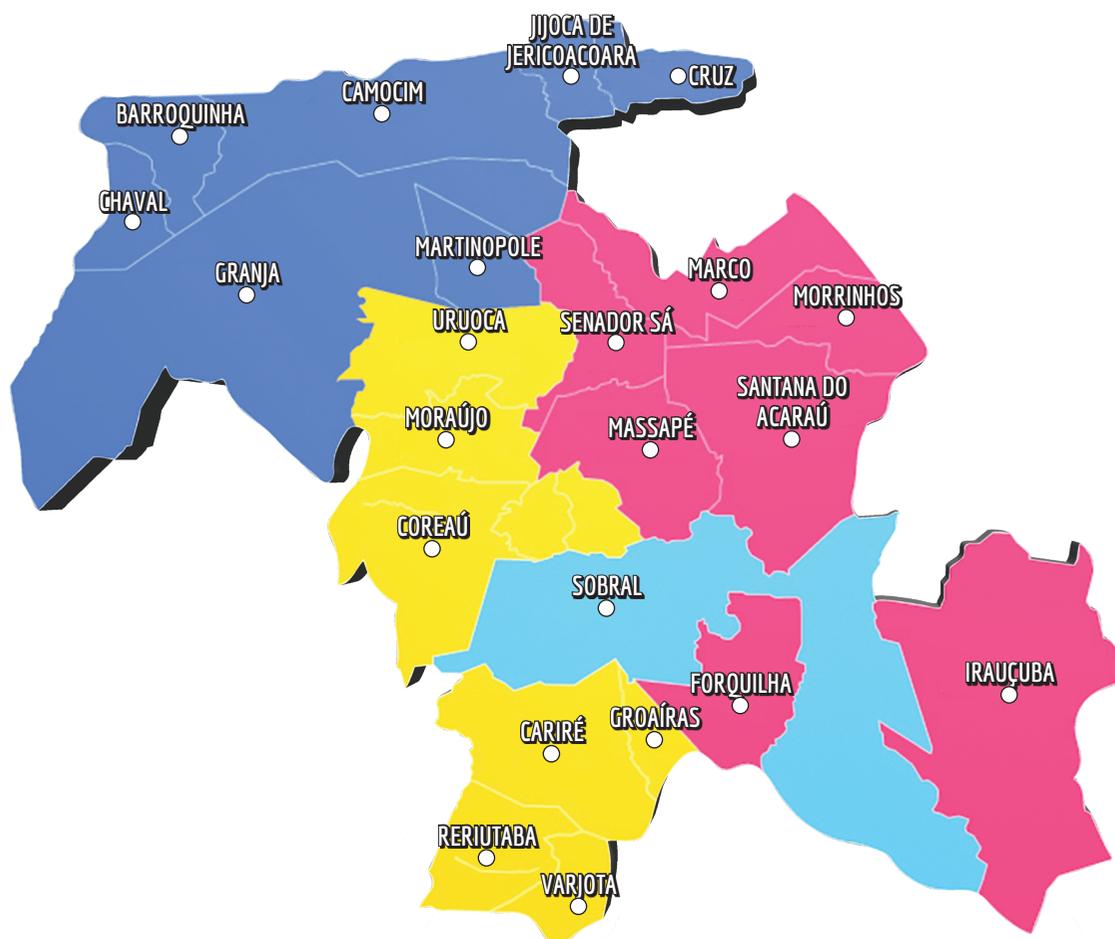
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 29.418 (5,6%)
Mel (t) = 32,393 (2,8%)
Ovos (mil dz) = 72.077 (1,3%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Mamão (t) = 14.117 (12,8%)
Feijão (t) = 7.940 (14,00%)
Mandioca (t) = 93.710 (24,2%)
Milho (t) = 13.188 (11,5%)
Castanha de caju (t) = 5.691 (18,4%)

Perfil Regional Norte



A Regional Norte tem 10,7% do território do Estado e 8,0% da população, com densidade demográfica de 45,1 habitantes por Km² e taxa geométrica de crescimento anual de 5,8%.

A economia detém 5,8% do PIB estadual (base de 2015), com renda per capita de R\$ 6.805,42, IDH de 0,609 (2010) e Índice de Desenvolvimento

Municipal de 26,84 (2016). Concentra 5,8% do universo de pequenos negócios do Estado (25.305 empresas), sendo 62,1% MEI. Apresenta uma densidade empresarial relativa de 35,3 empresas para cada mil habitantes com taxa de crescimento média anual de 13,9%. Os pequenos negócios detêm 36,5% dos empregos formais.

Regional do Sertão de Crateús

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km2) = 35.457,9 (21,1%)
População (2017) = 484.832 hab (5,4%)
Densidade demográfica (hab /Km2) = 15,4
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 0,35%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 3.164,07 MI (2,5%)
PIB per capita (2015) = R\$ 6.233,89
IDH (2010) = 0,601
IDM (2016) = 20,72

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 15.966 (4,7%)
MEI (2018) = 9.390 (3,0%)
Densidade (PN/1000hab) = 32,9
Dinamismo (2007/2018) = 9,9%
Sobrevivência dos PN = 82,3%
Emprego Formal (2017) = 8.906 (53,7% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 0,6 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 340.600 (14,0%)
Suíno = 164.541 (12,6%)
Ovinocaprino = 976.295 (28,3%)
Galináceos = 1.232.265 (4,4%)

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 56.573 (10,7%)
Mel (t) = 214.894 (18,7%)
Ovos (mil dz) = 2.383 (1,5%)

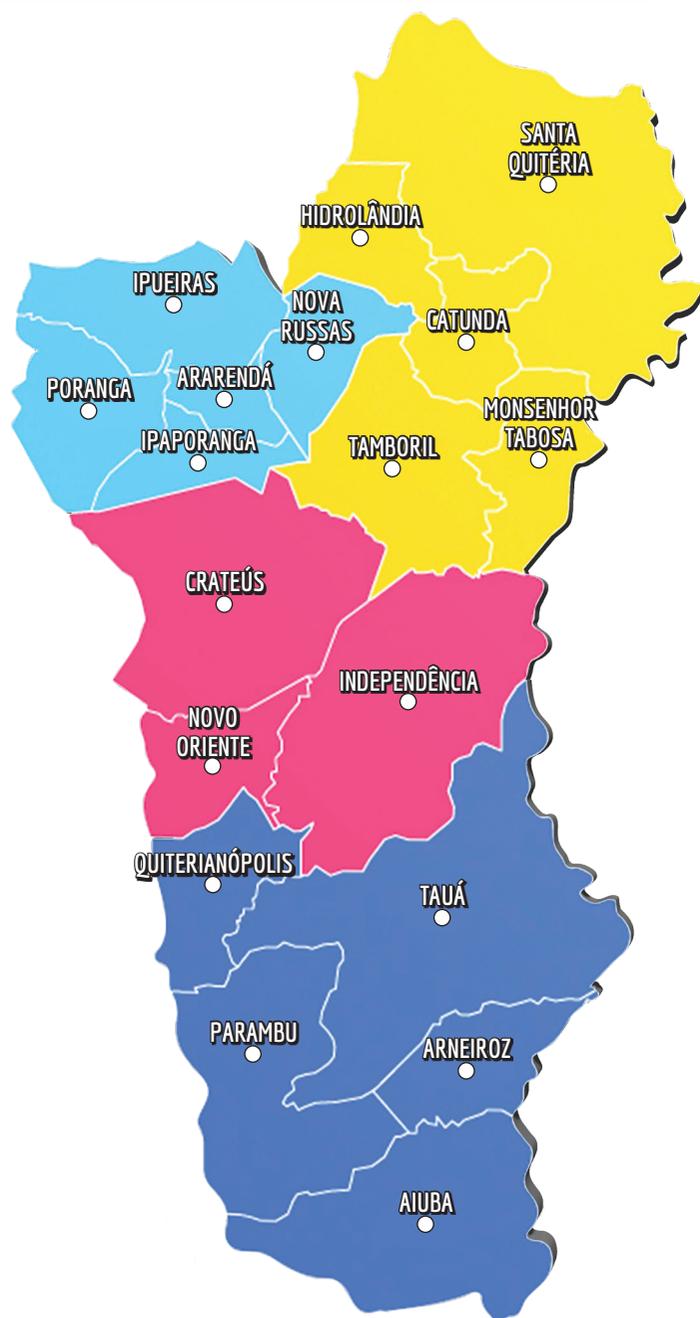
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Feijão (t) = 11.552 (20,4%)
Milho (t) = 35.868 (31,3%)

Perfil Regional do Sertão de Crateús

A Regional do Sertão de Crateús tem 21,1% do território do Estado, com 5,4% da população estadual com uma densidade demográfica de 15,4 habitantes por Km² apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,35%.

Responde por 2,5% do PIB estadual (base de 2015), com renda per capita de R\$ 6.233,89, IDH de 0,601 (2010) e Índice de Desenvolvimento Municipal de 20,72 (2016). Detém 4,7% do universo de pequenos negócios do Estado (15.966 empresas), 58,8% dos quais optantes do MEI. Apresenta uma densidade empresarial relativa de 32,9 empresas para cada mil habitantes, com taxa de crescimento média anual de 9,9%. Os pequenos negócios detêm 53,7% dos empregos formais na Região.



Regional de Baturité

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 3.707,3 (2,5%)
População (2017) = 242.385 hab (2,7%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 65,4
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 0,76%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 1.744,00 MI (1,4%)
PIB per capita (2015) = R\$ 7.149,40
IDH (2010) = 0,616
IDM (2016) = 29,35

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 7.581 (1,9%)
MEI (2018) = 4.948 (2,0%)
Densidade (PN/1000hab) = 31,3
Dinamismo (2007/2018) = 12,9%
Sobrevivência dos PN = 70,9%
Emprego Formal (2017) = 6.481 (63,0% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 0,3 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 53.732 (2,2%)
Suíno = 37.470 (2,9%)
Ovinocaprino = 31.607 (0,9%)
Galináceos = 1.209.985 (4,3%)

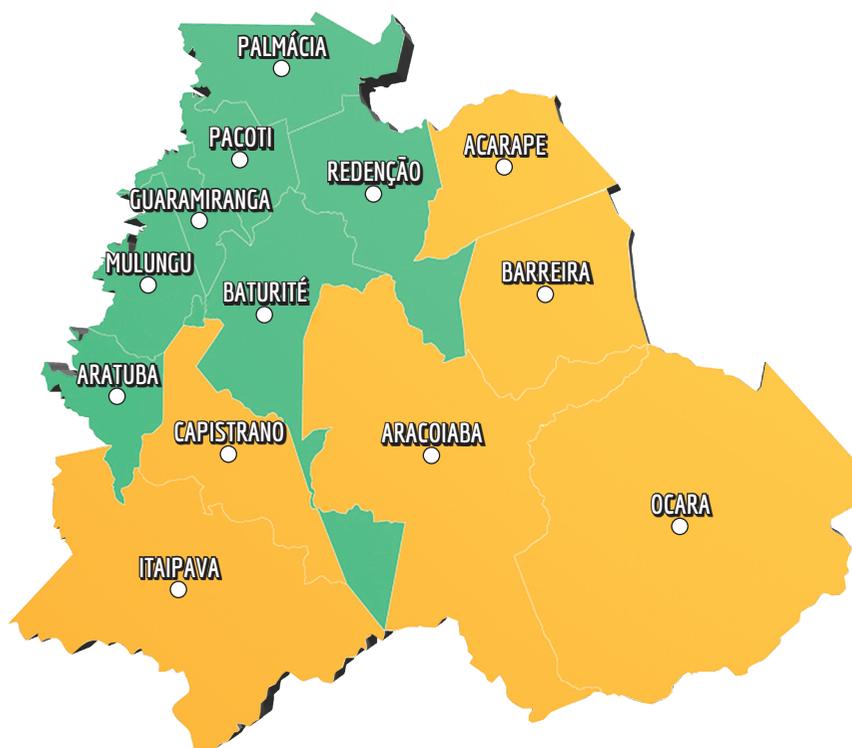
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 10.147 (1,9%)
Mel (t) = 30.648 (2,7%)
Ovos (mil dz) = 818 (0,5%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Feijão (t) = 49.248 (15,2%)
Milho (t) = 4.209 (13,6%)

Perfil Regional do Maciço de Baturité



A Regional do Maciço de Baturité tem 2,5% do território do Estado, com 2,7% da população estadual com uma densidade demográfica de 65,4 habitantes por Km² apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,76%.

Nos seus aspectos econômicos tem 1,4% do PIB estadual (base de 2015) com uma renda per capita de R\$ 7.149,00, com índices sociais como IDH de 0,616

(2010) e um Índice de Desenvolvimento Municipal de 29,35 (2016).

Detém 1,9% do universo de pequenos negócios do Estado (7.581 empresas), com uma proporção de MEI de 63,8% apresentando uma densidade empresarial relativa de 31,3 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 12,9%. Na região, os pequenos negócios detêm 63% dos empregos formais.

Regional da Ibiapaba

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 6.670,2 (5,5%)
População (2017) = 417,419 hab (4,6%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 62,6
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 0,94%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 3.225,04 MI (2,6%)
PIB per capita (2015) = R\$ 7.177,21
IDH (2010) = 0,607
IDM (2016) = 30,17

PEQUENOS NEGÓCIOS

PN (2018) = 14.943 (3,6%)
MEI (2018) = 9.316 (2,4%)
Densidade (PN/1000hab) = 35,8
Dinamismo (2007/2018) = 13,7%
Sobrevivência dos PN = 81,4%
Emprego Formal (2017) = 14.613 (49,7% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 0,5 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 74.736 (3,1%)
Suíno = 200.848 (15,4%)
Ovinocaprino = 69.802 (2,0%)
Galináceos = 1.342.857 (4,8%)

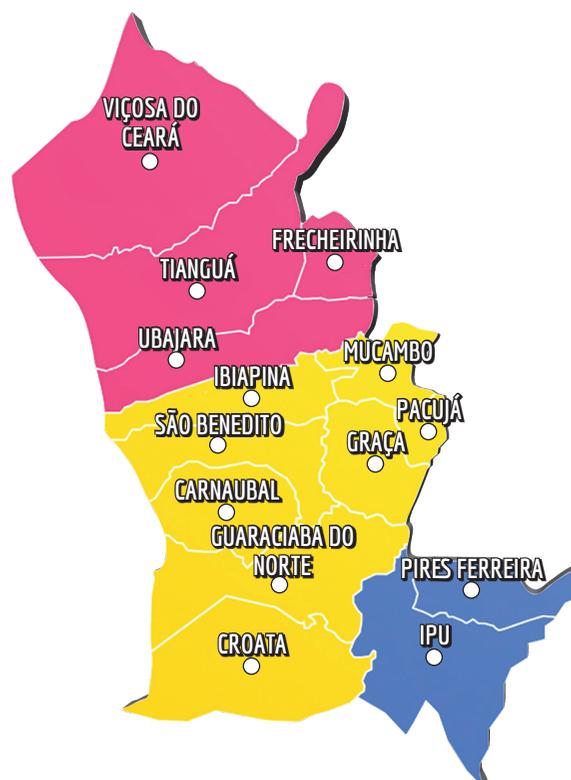
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 11.420 (2,2%)
Mel (t) = 20.043 (1,7%)
Ovos (mil dz) = 14.114 (8,7%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Banana (t) = 29.558 (9,1%)
Maracujá (t) = 85.377 (87,0%)
Mamão (t) = 13.538 (12,2%)
Tomate (t) = 99.409 (80,9%)
Cana de açúcar (t) = 257.660 (36,0%)

Perfil Regional da Ibiapaba



A Regional da Ibiapaba tem 5,5% do território do Estado, com 4,6% da população estadual, com uma densidade demográfica de 62,6 habitantes por Km², apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,94%.

Nos seus aspectos econômicos, tem 2,6% do PIB estadual (base de 2015), com uma renda per capita de R\$ 7.177,21, com índices sociais como IDH de 0,607

(2010) e um Índice de Desenvolvimento Municipal de 30,17 (2016).

Detém 3,6% do universo de pequenos negócios do Estado (14.943 empresas), com uma proporção de MEI de 62,3%, apresentando uma densidade empresarial relativa de 35,8 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 13,7%. Na região, os pequenos negócios detêm 49,7% dos empregos formais.

Regional de Fortaleza

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km2) = 314,9 (0,2%)

População (2017) = 2.627.482 hab (29,1%)

Densidade demográfica (hab /Km2) = 8.343,8

Taxa de crescimento geométrica a.a. = 1,34%

ECONOMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 56.730,00 MI (45,0%)

PIB per capita (2015) = R\$ 22.060,00

IDH (2010) = 0,754

IDM (2016) = 71,82

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 173.290 (43,4%)

MEI (2018) = 108.656 (44,0%)

Densidade (PN/1000hab) = 65,9

Dinamismo (2007/2018) = 12,8%

Sobrevivência dos PN = 72,2%

Emprego Formal (2017) = 528.558 (34,8% de Optante do Simples)

Faturamento (R\$2015) = 11,0 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 2.430 (0,1%)

Suíno = 748 (0,06%)

Ovinocaprino = 1.159 (0,03%)

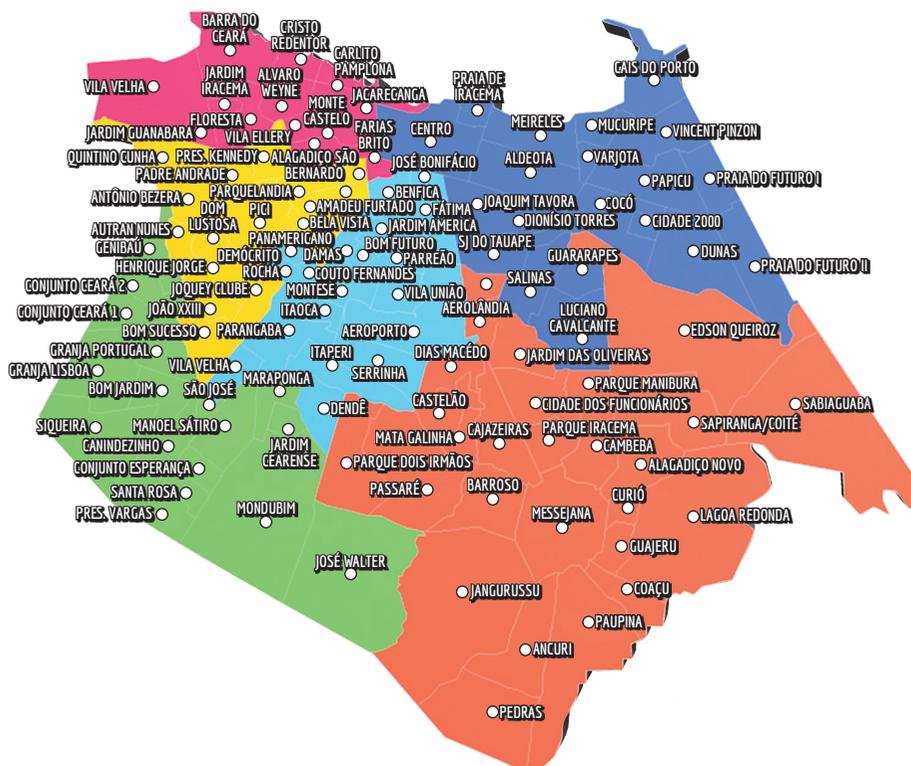
Galináceos = 18.039 (0,06%)

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 1.260 (0,2%)

Ovos (mil dz) = 67 (0,04%)

Perfil Regional de Fortaleza



A Regional de Fortaleza tem 0,2% do território do Estado, com 29,1% da população estadual com uma densidade demográfica de 8.343,8 habitantes por Km², apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 1,34.

Nos seus aspectos econômicos tem 45,0% do PIB estadual (base de 2015), com uma renda per capita de R\$ 22.060,00, com índices sociais como IDH de 0,754 (2010) e um Índi-

ce de Desenvolvimento Municipal de 71,82 (2016).

Detém 43,4% do universo de pequenos negócios do Estado (173.290 empresas), com uma proporção de MEI de 62,7%, apresentando uma densidade empresarial relativa de 65,9 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 12,8%. Na região, os pequenos negócios detem 34,8% dos empregos formais.

Regional do Centro-Sul

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 14.302,5 (9,6%)
População (2017) = 464.382 hab (5,1%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 32,5
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 0,45%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 3.764,53 MI (3,0%)
PIB per capita (2015) = R\$ 6.785,56
IDH (2010) = 0,608
IDM (2016) = 19,45

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 12.476 (3,1%)
MEI (2018) = 6.862 (4,0%)
Densidade (PN/1000hab) = 26,9
Dinamismo (2007/2018) = 9,2%
Sobrevivência dos PN = 82,3%
Emprego Formal (2017) = 15.033 (55,4% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 0,7 BI

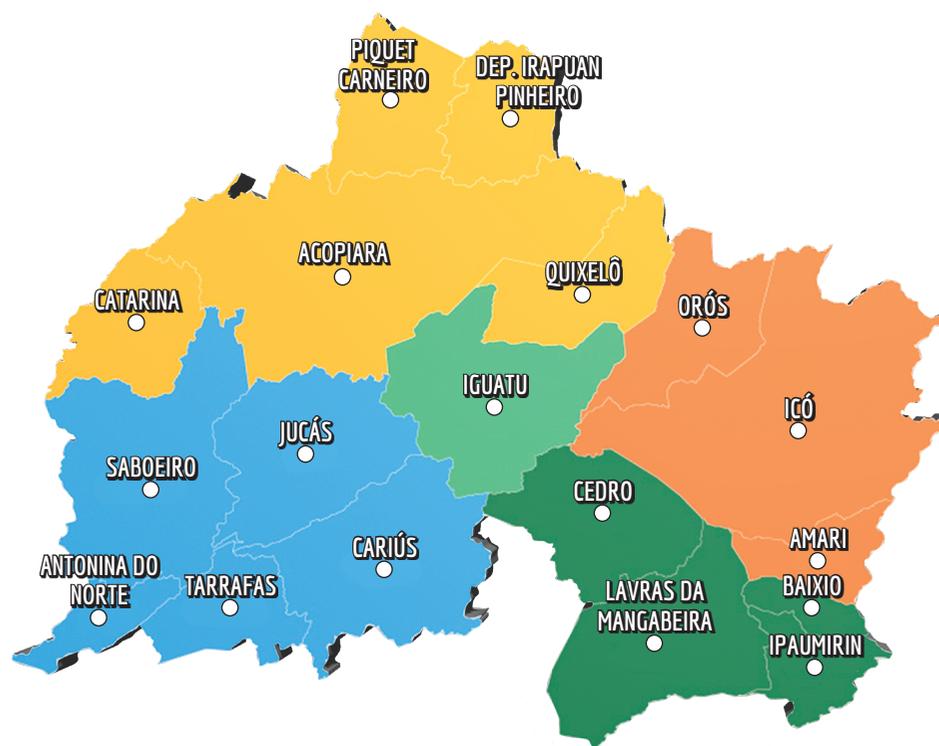
EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 382.076 (15,7%)
Suíno = 106.029 (8,1%)
Ovinocaprino = 293.093 (8,5%)
Galináceos = 1.481.889 (5,3%)

PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 65.355 (12,4%)
Mel (mil dz) = 188.433 (16,4%)
Ovos (mil dz) = 2.499 (1,5%)

Perfil Regional do Centro-Sul



A Regional do Centro-Sul tem 9,6% do território do Estado, com 5,1% da população estadual, com uma densidade demográfica de 32,5 habitantes por Km², apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 0,45%.

Nos seus aspectos econômicos tem 3,0% do PIB estadual (base de 2015), com uma renda per capita de R\$ 6.785,56, com índices sociais como IDH

de 0,608 (2010) e um Índice de Desenvolvimento Municipal de 19,45 (2016).

Detém 3,1% do universo de pequenos negócios do Estado (12.476 empresas), com uma proporção de MEI de 55,0%, apresentando uma densidade empresarial relativa de 26,9 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 9,2%. Na região, os pequenos negócios detêm 55,4% dos empregos formais.

Regional do Metropolitano

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 12.424,4 (8,3%)
População (2017) = 1.433.849 hab (15,9%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 115,4
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 2,0%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 24.695,15 MI (19,6%)
PIB per capita (2015) = R\$ 13.963
IDH (2010) = 0,634
IDM (2016) = 39,18

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 59.414 (14,9%)
MEI (2018) = 39.962 (15,8%)
Densidade (PN/1000hab) = 41,5
Dinamismo (2007/2018) = 15,1%
Sobrevivência dos PN = 70,4%
Emprego Formal (2017) = 117.242 (26,9% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 3,0 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 159.134 (6,6%)
Suíno = 166.389,6 (12,8%)
Ovinocaprino = 218.784 (6,3%)
Galináceos = 8.919.874 (31,6%)

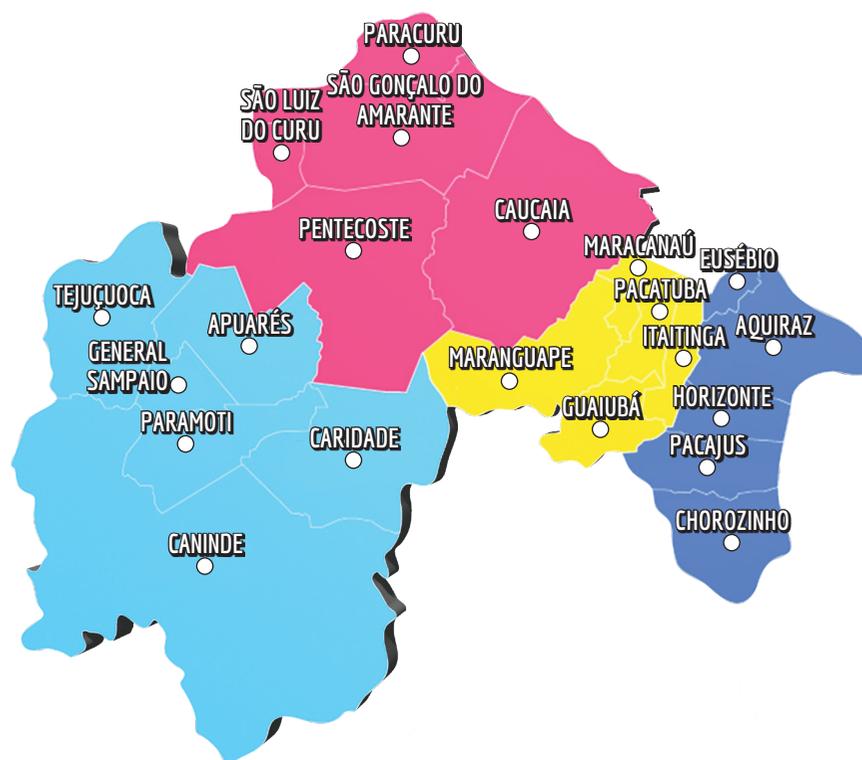
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 52.956 (10,0%)
Mel (t) = 90.240 (7,8%)
Ovos (mil dz) = 77.553 (48,0%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Castanha de caju (t) = 5.229 (16,9%)
Cana de açúcar (t) = 64.656 (9,0%)

Perfil Regional Metropolitano



A Regional do Metropolitano tem 8,3% do território e 15,9% da população cearense, com densidade demográfica de 115,4 habitantes por Km², apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 2,0%.

Nos seus aspectos econômicos tem 19,6% do PIB estadual (base de 2015), com uma renda per capita de R\$ 13.963,00, com índices sociais como

IDH de 0,634 (2010) e um Índice de Desenvolvimento Municipal de 39,18 (2016).

Detém 14,9% do universo de pequenos negócios do Estado (59.414 empresas), com uma proporção de MEI de 65,6%, apresentando uma densidade empresarial relativa de 41,5 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 15,1%. Na região, os pequenos negócios detêm 26,9% dos empregos formais.

Regional de Itapipoca

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 8.172,7 (5,5%)
População (2017) = 516.646 hab (5,7%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 63,2
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 1,6%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 4.575,86 MI (3,6%)
PIB per capita (2015) = R\$ 8.467,50
IDH (2010) = 0,614
IDM (2016) = 31,08

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 14.690 (3,4%)
MEI (2018) = 9.108 (2,2%)
Densidade (PN/1000hab) = 28,4
Dinamismo (2007/2018) = 13,0%
Sobrevivência dos PN = 79,3%
Emprego Formal (2017) = 19.731 (35,8% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 0,3 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 90.482 (3,7%)
Suíno = 54.276 (4,2%)
Ovinocaprino = 128.375 (3,7%)
Galináceos = 1.278.370 (4,5%)

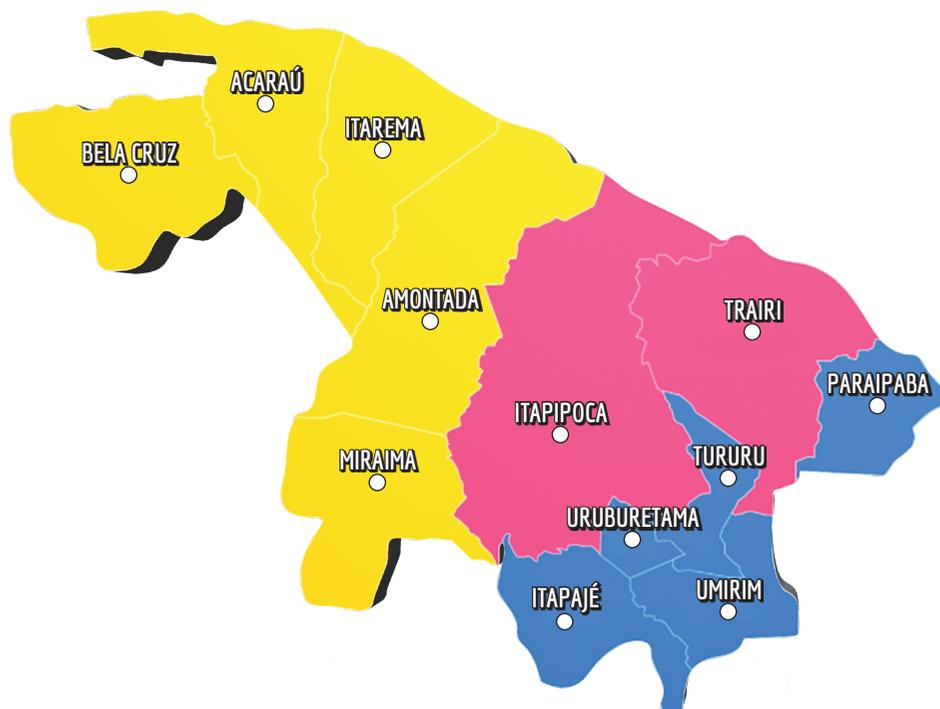
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 22.007 (4,2%)
Mel (t) = 8.805 (0,8%)
Ovos (mil dz) = 1.392 (0,9%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Banana (t) = 42.788 (13,2%)
Coco da baía (t) = 172.256 (65,7%)
Feijão (t) = 5.434 (9,6%)
Mandioca (t) = 151.720 (39,1%)
Castanha de caju (t) = 9.350 (30,2%)
Cana de açúcar (t) = 93.281 (13,0%)

Perfil Regional de Itapipoca



A Regional de Itapipoca tem 5,5% do território do Estado, com 5,7% da população estadual, com uma densidade demográfica de 63,2 habitantes por Km², apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 1,60%.

Nos seus aspectos econômicos tem 3,6% do PIB estadual (base de 2015), com uma renda per capita de R\$ 8.467,50, com índices sociais como IDH de 0,614 (2010) e um Índice de Desenvolvimento Municipal de 31,08 (2016).

Detém 3,4% do universo de pequenos negócios do Estado (14.0690 empresas), com uma proporção de MEI de 62,0%, apresentando uma densidade empresarial relativa de 28,4 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 12,9%. Na região, os pequenos negócios detêm 35,8% dos empregos formais.

Regional do Litoral Leste

DEMOGRAFIA (2017)

Área (Km²) = 4.676,4 (3,1%)
População (2017) = 262.157 hab (2,9%)
Densidade demográfica (hab /Km²) = 56,0
Taxa de crescimento geométrica a.a. = 1,6%

ECONÔMICO/SOCIAL (2015)

PIB (2015) = R\$ 3.009,56 MI (2,4%)
PIB per capita (2015) = R\$ 10.440
IDH (2010) = 0,639
IDM (2016) = 35,65

PEQUENOS NEGÓCIOS (2018)

PN (2018) = 11.953 (3,0%)
MEI (2018) = 7.724 (3,1%)
Densidade (PN/1000hab) = 45,6
Dinamismo (2007/2018) = 16,2%
Sobrevivência dos PN = 73,1%
Emprego Formal (2017) = 19.442 (42,6% de Optante do Simples)
Faturamento (R\$2015) = 0,5 BI

EFETIVO DE REBANHO (2016)

Bovino = 35.425 (1,5%)
Suíno = 25.385 (1,9%)
Ovinocaprino = 98.477 (2,8%)
Galináceos = 4.333.913 (15,4%)

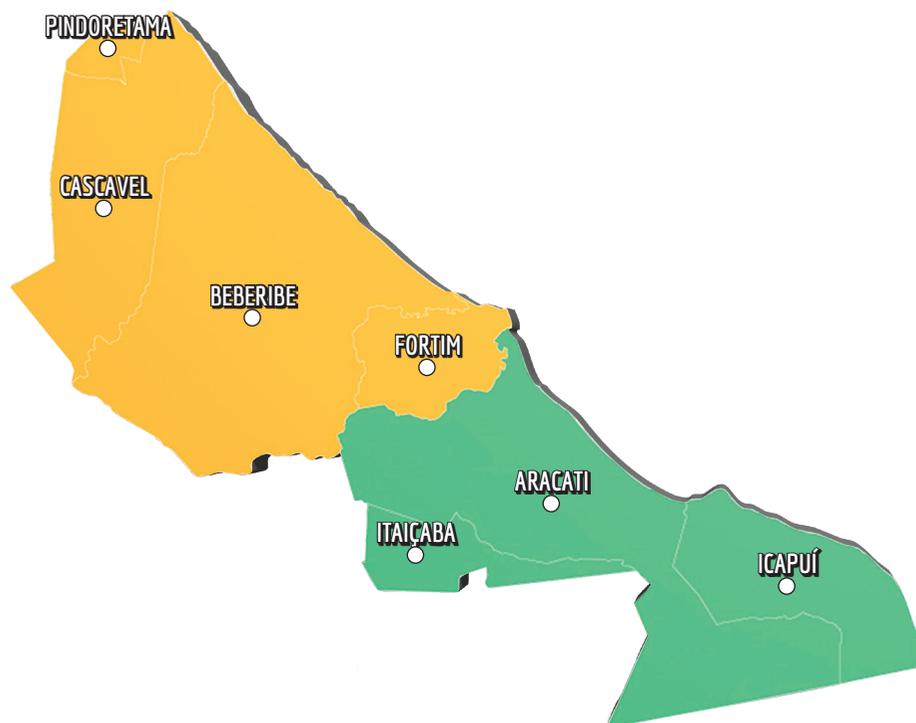
PRODUÇÃO DE ORIGEM ANIMAL (2016)

Leite (t) = 9.284 (1,8%)
Mel (t) = 44.977 (3,9%)
Ovos (mil dz) = 48.784 (30,2%)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA (2016)

Coco da baía (t) = 43.561 (16,6%)
Mamão (t) = 54.720 (49,5%)
Melão (t) = 46.761 (47,5%)
Castanha de caju (t) = 4.942 (16,0%)
Cana de açúcar (t) = 98.203 (13,7%)

Perfil Regional do Litoral Leste



A Regional do Litoral Leste tem 3,1% do território do Estado, com 2,9% da população estadual com uma densidade demográfica de 56,0 habitantes por Km², apresentando uma taxa geométrica de crescimento anual de 1,60%.

Nos seus aspectos econômicos tem 2,4% do PIB estadual (base de 2015), com uma renda per capita de R\$ 10.440,00, com índices sociais como IDH de 0,639 (2010) e um Índice de Desenvolvimento Municipal de 35,65 (2016).

Detém 3,0% do universo de pequenos negócios do Estado (11.953 empresas), com uma proporção de MEI de 64,6%, apresentando uma densidade empresarial relativa de 45,6 empresas para cada mil habitantes e uma taxa de crescimento média anual de 16,2%. Na região, os pequenos negócios detêm 42,6% dos empregos formais.

Buscando um maior aprimoramento da análise dos perfis regionais, selecionamos os indicadores com maior representatividade na demonstração do dinamismo local, que são os seguintes:

- Taxa de crescimento geométrico populacional (%);
- Arrecadação de ICMS em milhões;
- Participação no PIB estadual (%);
- Número de Pequenos Negócios na Região;
- Participação do MEI (%);
- Densidade Empresarial (Pequenos Negócios/1000 hab.);
- Taxa de Crescimento Médio anual dos Pequenos Negócios (%);
- Participação dos Pequenos Negócios no Emprego Formal (%).

SÍNTESE DO PERFIL REGIONAL

Indicadores que sinalizam dinamismo territorial

Indicadores	FOT	MT	CAR	NT	SC	JB	CRT	CS	ITA	IBI	LL	BT
Taxa geométrica de crescimento populacional por ano (%)	1,34	2,03	0,74	1,28	0,87	0,63	0,35	0,45	1,60	0,94	1,58	0,76
Participação no PIB estadual (%)	45,01	19,59	7,96	5,63	2,67	3,90	2,50	2,99	3,60	2,66	2,39	1,38
PIB per capita (R\$ mil)	22,06	13,96	8,11	6,80	6,74	10,10	6,23	6,78	8,46	7,17	10,44	7,14
Nº de PN (empresas/mil)	173	59	35	25	14	15	16	12	15	15	12	7
Participação do MEI (%)	62,7	65,6	55,9	62,6	60,1	58,0	58,2	55,0	61,7	62,1	64,6	65,3
Densidade empresarial (PN/mil hab)	65,9	41,5	35,3	35,3	30,0	36,5	33,0	26,9	28,4	35,8	45,6	31,3
Taxa de crescimento médio anual de empresas - 2007 a 2018	12,84	15,12	10,59	13,40	10,54	11,38	9,90	9,23	12,93	13,70	16,20	12,90
Participação dos PN no emprego formal (%)	34,80	26,90	46,90	36,50	46,30	36,30	55,70	55,40	35,80	49,70	42,60	63,00

■ Maior Índice
 ■ Segundo Maior Índice
 ■ Terceiro Maior Índice

Fonte: Elaboração UGE – SEBRAE/CE.

O quadro anterior é uma clara demonstração da grande concentração do dinamismo econômico em Fortaleza e sua Região Metropolitana, que apresentam os melhores resultados do Estado em todas as categorias de

indicadores. Retirando do quadro as Regionais de Fortaleza e do Metropolitano, encontramos a Regional Leste em segundo lugar, em relação ao desempenho nos mesmos indicadores econômicos e sociais.

SÍNTESE DO PERFIL REGIONAL

Indicadores que sinalizam dinamismo territorial sem os Regionais de Fortaleza e Metropolitano

Indicadores	CAR	NT	SC	JB	CRT	CS	ITA	IBI	LL	BT
Taxa geométrica de crescimento populacional por ano (%)	0,74	1,28	0,87	0,63	0,35	0,45	1,60	0,94	1,58	0,76
Participação no PIB estadual (%)	7,96	5,63	2,67	3,90	2,50	2,99	3,60	2,66	2,39	1,38
PIB per capita (R\$ mil)	8,11	6,80	6,74	10,10	6,23	6,78	8,46	7,17	10,44	7,14
Nº de PN (empresas/mil)	35	25	14	15	16	12	15	15	12	7
Participação do MEI (%)	55,9	62,6	60,1	58,0	58,2	55,0	61,7	62,1	64,6	65,3
Densidade empresarial (PN/mil hab)	35,3	35,3	30,0	36,5	33,0	26,9	28,4	35,8	45,6	31,3
Taxa de crescimento médio anual de empresas - 2007 a 2018	10,59	13,40	10,54	11,38	9,90	9,23	12,93	13,70	16,20	12,90
Participação dos PN no emprego formal (%)	46,90	36,50	46,30	36,30	55,70	55,40	35,80	49,70	42,60	63,00

■ Maior Índice
 ■ Segundo Maior Índice
 ■ Terceiro Maior Índice

Fonte: Elaboração UGE – SEBRAE/CE.

UM MODELO DE

INTERVENÇÃO

PARA FORTALEZA

ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO – Modelo para Fortaleza

O desenvolvimento local busca de forma estruturada e estratégica estabelecer iniciativas para a resolução dos principais problemas enfrentados pelas comunidades, visando o atendimento de suas aspirações.

As políticas de desenvolvimento enfrentam grandes dificuldades no tocante à participação plena e ao protagonismo da sociedade civil nos processos e estratégias de implementação. Para transformar positivamente esse cenário, um conjunto de ações se fazem necessárias:

- Melhoria da qualidade de vida e justiça social;

- Atenção integral à saúde, além da oferta ampla e diversificada do esporte e lazer;
- Ampliação do acesso, permanência e aprendizagem na escola, com reestruturação, melhoria e inovação da rede educacional;
- Valorização dos bens culturais e locais de memória, democratizando o acesso da população;
- Promoção de políticas de segurança preventiva e da cultura de paz entre os cidadãos;

- Exercício dos direitos de cidadania e inclusão social produtiva para um crescimento sustentável;
- Aumento da geração de emprego e renda;
- Crescimento econômico sustentável, com soluções produtivas, criativas e inovadoras;
- Efetivo planejamento e controle urbano e ambiental considerando a função social da propriedade e a qualidade de vida da comunidade;
- Maior mobilidade e acessibilidade, com qualidade e segurança;
- Gestão territorial participativa e transformadora;
- Ampliação e fortalecimento das rede de parcerias nacionais e internacionais;

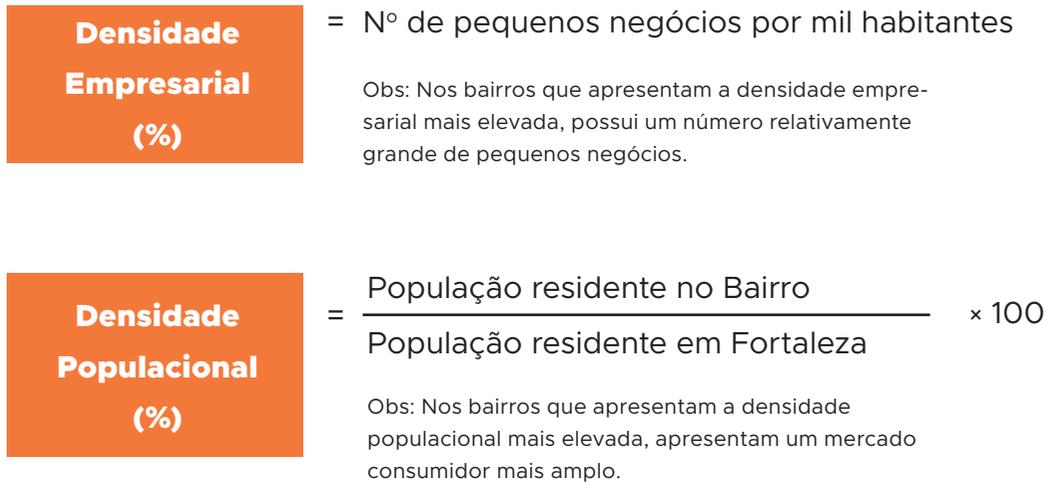
- Modernização e ampliação de infraestrutura e gestão de tecnologia da informação e comunicação.

Diante desse cenário, o SEBRAE/CE definiu como meta atuar de forma decisiva no eixo “Crescimento Sustentável”, agindo como um dos principais indutores do desenvolvimento econômico local com ações planejadas de acordo com as vocações do território, visando o fomento e o fortalecimento do tecido produtivo, trabalhando a inclusão na geração de novos negócios e na sustentabilidade dos negócios já existentes.

A estratégia de intervenção do SEBRAE/CE no município de Fortaleza, que detém 43,4% dos pequenos negócios do Estado, utilizará um binômio com um conceito representado por: densidade empresarial (maior concentração geográfica de peque-

nos negócios por mil habitantes) e a densidade populacional (maior concentração geográfica da população) nos 119 bairros do território.

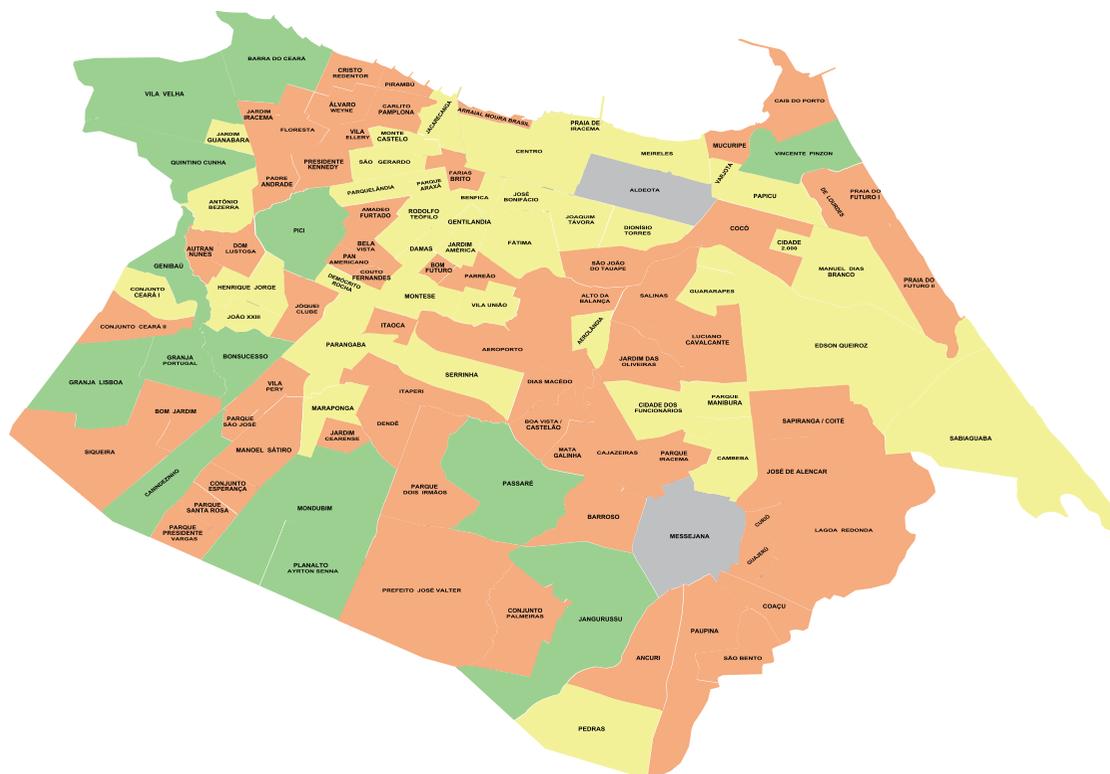
FIGURA 02 – RELAÇÃO DAS DENSIDADES EMPRESARIAIS E POPULACIONAIS NO MUNICÍPIO DE FORTLEZA



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SEBRAE/CE e da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

O mapa 07 representa os índices de densidade nos bairros de Fortaleza. Índices esses que irão orientar a atuação do SEBRAE/CE nos diversos ambientes dentro do território.

MAPA 07 – CLASSIFICAÇÃO DOS BAIRROS DE FORTALEZA PELAS DENSIDADE EMPRESARIAIS E POPULACIONAIS



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SEBRAE/CE e da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Após o levantamento dos dados de densidade empresarial e populacional dos bairros de Fortaleza foi elaborado um mapa representando a dispersão, classificando os bairros em quadrantes assim distribuídos:

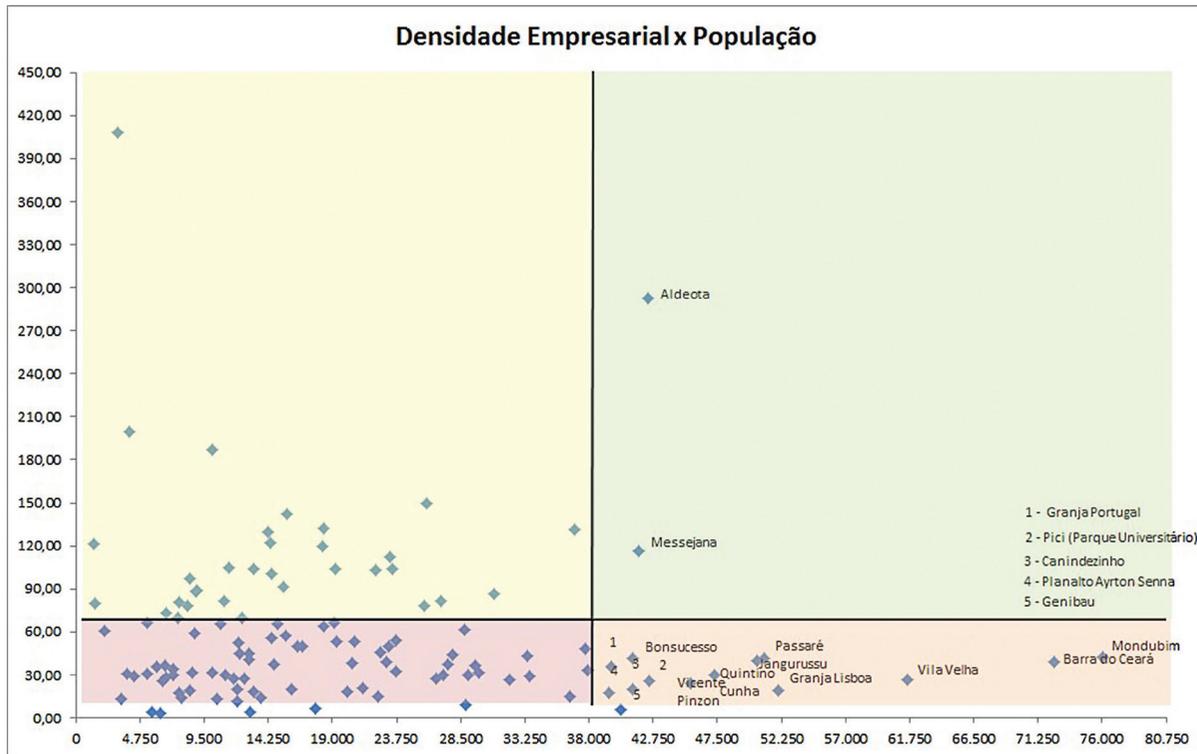
Bairros BDE/BDP – baixa densidade empresarial e baixa densidade populacional.

Bairros ADE/BDP – alta densidade empresarial e baixa densidade populacional.

Bairros BDE/ADP – baixa densidade empresarial e alta densidade populacional.

Bairros ADE/ADP – alta densidade empresarial e alta densidade populacional.

FIGURA 03 – DISTRIBUIÇÃO DAS DENSIDADES POPULACIONAIS E EMPRESARIAIS POR MATRIZ DE ANÁLISE



FONTE: Elaboração própria a partir de dados do SEBRAE/CE e da prefeitura municipal de Fortaleza.

Após a análise de correlação dos bairros com suas densidades empresariais e populacionais, verificamos uma distribuição em linhas e

colunas em eixos “X” como densidade populacional e eixo “Y” como densidade empresarial. Conforme análise de correlação simples, ve-

rificamos que o primeiro quadrante concentra uma menor densidade populacional e menor concentração de empresa; enquanto que o segundo quadrante tem uma alta densidade empresarial e baixa densidade populacional; no terceiro quadrante temos alta densidade empresarial e alta densidade populacional; enquanto que no quarto quadrante temos uma alta densidade populacional e uma baixa densidade empresarial.

O quarto quadrante apresenta um perfil de bairros que se enquadram dentro dos objetivos desse estudo, tendo em vista uma grande massa populacional e pouca concentração de empresas. Isso significa dizer que há um maior deslocamento populacional para a manutenção de empresas que geram desenvolvimento em outras regiões, aumentando as demandas não atendidas nos bairros de grande concentração populacional.

Os bairros do Bonsucesso, Passaré, Jangurussu, Quintino Cunha, Granja Lisboa, Vicente Pinzon, Vila Velha, Barra do Ceará e Mondumbim apresentaram território com baixa densidade empresarial e com alta densidade populacional, o que possibilita desenvolver uma agenda de ações focadas no desenvolvimento local, como objetivo principal focado no fomento ao empreendedorismo e no incremento do protagonismo interno de cada bairro, ou seja, na constituição e no fortalecimento das redes de atores locais capazes de liderar o processo de mudanças.

Trata-se, portanto, de programar ações que busquem induzir ou promover a emergência de atores sociais aptos a protagonizarem as mudanças políticas, econômicas e sociais que vão deflagrar um processo de desenvolvimento endógeno e sustentável. Serão priorizadas ações tais como:

- Fortalecimento do capital humano (desenvolvimento dos conhecimentos, habilidades e competências das pessoas).
- Fortalecimento do capital social (desenvolvimento dos níveis de confiança, cooperação, organização e participação social).
- Promoção da cultura de cooperação (reciprocidade, cooperativismo, associativismo).
- Promoção da cultura empreendedora.
- Capacitação de lideranças.
- Diagnóstico participativo dos ativos locais.
- Apoio ao empreendedorismo local (iniciação empresarial, gestão empresarial, acesso ao crédito).

Essas ações visam o desenvolvimento local de cada um desses bairros e uma melhoria da qualidade de vida da população beneficiada, bem como um menor esforço do poder público em manter ações de mobilidade urbana, segurança e outros serviços de natureza social com uma distribuição mais equilibrada e melhor ampliação dos benefícios.

AGLOMERADOS

EMPRESARIAIS

AGLOMERADOS EMPRESARIAIS

A FORMA COMO O NOSSO PÚBLICO-ALVO SE ORGANIZA NOS TERRITÓRIOS

A forma como se estrutura a governança e as características dos atores envolvidos definem o tipo da estrutura do aglomerado (Casarotto, 2001). Assim, os aglomerados produtivos (ou econômicos) podem assumir diversos tipos de organização, como grupos de empresas, núcleos setoriais, encadeamentos empresariais, redes de empresas ou arranjos produtivos locais (APL). As definições encontradas na literatura, para cada uma serão apresentadas a seguir, sendo um tanto controversas quando se trata de diferenciar um tipo de aglomerado de outro, ou

seja, como se justifica que em uma região há um encadeamento empresarial ou um APL.

O primeiro fator a ser analisado em uma região é a vocação regional. Esse termo se refere ao potencial que uma determinada região geográfica tem de fomentar atividades econômicas em torno de um segmento de mercado. As vantagens de uma aglomeração econômica foram apresentadas na literatura, inicialmente, por Marshall (1920), sendo também recentemente trabalhadas por Porter (1999), Casarotto (2001, 2002), e Campos (2006).

Porter apresenta, em seu modelo denominado de “diamante”, explicações para o desenvolvimento setorializado de nações. Para o autor, os determinantes da vantagem competitiva nacional são dados pelas condições de fatores como: disponibilidade de insumos (mão de obra, matéria-prima e energia); demanda (proximidade a grandes centros consumidores), indústrias correlatas e de apoio; estratégia (estrutura e poder de competição das empresas da região e do setor).

Já o crescimento do aglomerado pode ser explicado pela conquista de resultados positivos de empresas em determinadas atividades econômicas, o que resulta no aumento do número de interessados em explorar esse nicho, ratificando a chamada vocação regional, gerando uma conseqüente aglomeração de atividades econômicas com um mesmo foco de mercado.

Diante do exposto, os aglomerados não devem ser vistos simplesmente como uma concentração de empresas em um determinado lugar. Sua composição e a forma como seus componentes estão distribuídos e entrelaçados retratam configurações diferenciadas. Algumas características podem ser desdobradas, constituindo classes com propriedades homogêneas.

Com base nas obras pesquisadas, apresentamos uma estrutura para a análise de aglomerados heterogêneos e capazes de constituir unidades de análise peculiares, afastando-se de uma visão linear, considerando as distinções existentes nos aglomerados produtivos apontadas por Santos *et al.* Assim, organizou-se um arcabouço de elementos característicos capazes de destacar estruturalmente aglomerados produtivos ou seus grupos.

Aspecto	Elementos Característicos
Organizacional	Acessibilidade a insumos e mobilidade; estrutura de informação e comunicação; arranjo institucional e bens públicos; escopo de serviços de apoio; coordenação; integração; fracionamento do processo produtivo; capacidade associativa e representativa; concentração geográfica; dimensão do aglomerado.
Setorial	Estrutura empresarial; padrão de concorrência; concentração especializada e diversificada; fornecedores locais especializados; flexibilidade da produção; intensidade de capital; natureza das atividades.
Tecnológico	Capacidade inovadora; intensidade tecnológica; estoque de conhecimento; tecnologias da informação e comunicação; pesquisa e desenvolvimento; ciência e tecnologia.
Interacionista	Confiança; colaboração; cooperação; solidariedade; redes formais e informais; relações horizontais e verticais; densidade de relações; dinâmica de ações e projetos; interdependência.
Mercadológico	Mercado consumidor; extensão do mercado; dinamismo; mercado externo; tipo de mercadorias; produtos homogêneos e diferenciados; mercado de trabalho.
Político, social e natural	Infraestrutura; ambiente sociocultural; atores locais; regulação e financiamento; órgãos e instituições públicas; geografia; capital social; natureza da aglomeração; políticas públicas; arranjo educacional técnico e superior; incentivos e acompanhamento.

No **Quadro 1** podem ser observados diversos elementos característicos desse fenômeno da concentração de atividades econômicas. Realizando uma distribuição dessas propriedades em algumas classes, denominadas de aspectos estruturais de aglomeração, chegou-se a uma classificação em seis categorias: organização; setor; tecnologia; interação; mercado; político, social e natural. Em qualquer formação empresarial, é possível perceber combinações peculiares dos elementos característicos apresentados. Certamente, algumas formações devem exibir predominância de certos traços e níveis avançados de organização, bem como outros agrupamentos podem demonstrar configurações menos desenvolvidas com poucos fatores ativos em seus ambientes econômicos. Contudo, a situação em que cada unidade aglomerativa apresenta-se não descharacteriza sua natureza, mas a faz

diferente e prontamente receptível a abordagens e condições de produção particulares em relação às demais. Um aglomerado produtivo que apresente um grande número desses elementos em elevados níveis de organização e funcionamento possui uma dinâmica diferenciada e, coerentemente, deverá participar de uma realidade adequada à sua condição competitiva.

Sobre os aspectos estruturais, observa-se uma disposição de elementos característicos de acordo com a natureza e as conexões desempenhadas em cada estrutura. O aspecto organizacional compreende propriedades referentes às partes que constituem o aglomerado e seus inter-relacionamentos. A acessibilidade a insumos e sua mobilidade ou a estrutura de informação e comunicação, por exemplo, apresentam-se neste aspecto pela característica inerente à sua disposição no inte-

rior do aglomerado, representado as condições e a maneira como os agentes econômicos servem-se destes componentes.

O aspecto setorial diz respeito às propriedades pertinentes à atividade particular de cada negócio, o padrão convergente das empresas, as características de concorrência de cada mercado associado etc. A tecnologia abrange o sistema de técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos presentes na formação. Além da base tecnológica instalada, é interessante a identificação das possibilidades existentes, como a capacidade inovativa. A partir do ponto de vista interacionista, suscita-se o conjunto de ações e relações entre os agentes econômicos, exprimindo medidas de confiança, colaboração e cooperação, por exemplo.

Os dois últimos aspectos estruturais referem-se ao mercado e às

questões de cunho político, social e natural. A visão mercadológica contempla o conjunto de condições econômico-sociais e suas implicações para o agrupamento empresarial. Elementos como extensão de mercado e dinamismo podem classificar determinados aglomerados produtivos em diferentes estágios de desenvolvimento.

O último item reúne propriedades relacionadas a três dimensões: **política** regulação, órgãos e políticas públicas e seus desdobramentos diretos e indiretos, imbuídos na esfera pública; **social** os componentes de caráter coletivo, público mas não político, tais como capital social e ambiente sociocultural; **natural** as relações com o meio ambiente, a natureza das atividades dos agentes econômicos, das aglomerações, analisadas através da geografia.

É possível que na configuração de uma dada aglomeração produtiva

estejam presentes propriedades como: concentração de pequenas e médias empresas especializadas e um grupo significativo de fornecedores em uma dada região; certo grau de fracionamento do processo produtivo; estrutura avançada de capital físico instalado; organização através de entidades representativas e associativas, engendrando densas redes formais e informais de relacionamento e sistemas de informação integrados ante tal contexto; coordenação de ações e projetos conjuntos; serviços de apoio, confiança e cooperação entre os atores locais: bem como institutos tecnológicos de pesquisa e desenvolvimento.

Por outro lado, seria razoável imaginar um agrupamento menos desenvolvido, com as seguintes perspectivas: concentração geográfica de pequenas empresas especializadas; baixa intensidade de capital e tecnologia; interações eventuais oriundas

apenas das atividades profissionais; organização horizontalizada; baixa confiança; mercado de trabalho não especializado de modo geral; infraestrutura precária.

Devemos considerar que ambas as formações empresariais exemplificadas acima destacam-se como aglomerados produtivos. Entretanto, as características determinantes como unidade de análise demonstram configurações distintas em ambos os exemplos.

As propriedades constatadas em cada caso, certamente, criarão condições competitivas diferenciadas. A concentração de empresas, pessoas e demais organizações poderia ter se originado de diversas formas, similares ou não, dentro das possibilidades já destacadas.

No entanto, a procedência dos agrupamentos não está em discus-

são nesta análise, pois sua proposta não enfoca as forças que originaram o processo de aglomeração dos agentes econômicos, mas concentra-se na dinâmica percorrida por essas formações em seu fluxo de existência, o qual delinea seus aspectos estruturais.

As forças centrípetas, como são conhecidas na literatura especializada, podem ser examinadas pelas condições expostas por Fujita e Thissen (1996) e Fujita *et al.* (2002) na constituição de um aglomerado produtivo, porém sua configuração evolui, incorpora e transforma a estrutura de produção sob diversas perspectivas. Tal situação expressa a necessidade de distinguir essas formações empresariais, pois as externalidades aproveitadas em cada situação são um tanto quanto diferenciadas. Isso se justifica também porque seria incoerente propor que todos os elementos

característicos desses aspectos fizessem parte das forças originárias de aglomeração, visto que muitos se desenvolverão no fluxo de organização das empresas.

Conforme a visão de Crocco (2003), o exame dos aglomerados produtivos é um elemento central para o desenvolvimento da localidade, embora ainda tenha pouco espaço na literatura especializada.

As iniciativas locais e a formatação de políticas podem ser embasadas no estudo e na caracterização desses espaços produtivos, desencadeando ações estruturais e ordenadas para o crescimento econômico local.

Tipos de Aglomerados

A distribuição de atividades econômicas num espaço geográfico não é uniforme. Existem determinadas lo-

calidades que apresentam configurações empresariais distintas quanto ao número de organizações envolvidas, disposição estrutural, grau de relacionamento etc.

Segundo Sousa, “O espaço pode ser geográfico, matemático ou econômico. O espaço geográfico é a noção banal de espaço, que diz respeito ao solo, relevo, clima, vegetação e atmosfera. O espaço matemático é o lugar abstrato das relações entre variáveis interdependentes, fora de qualquer representação geográfica. O espaço econômico corresponde à aplicação do espaço matemático ao espaço geográfico”.

Motivação para o agrupamento:

- A concentração geográfica de empresas pode atrair fornecedores especializados locais.

- A especialização estimularia a qualificação dos recursos humanos na localidade.
- A aproximação física facilitaria a difusão de informações.

Grupos de Empresas

Conjunto de empresas, não necessariamente do mesmo segmento, atuando em determinado território, que se reúnem esporadicamente e realizam ações pontuais sem objetivos comuns estabelecidos.

Núcleos Setoriais

Conjunto de empreendimentos instalados em determinado território, geralmente do mesmo segmento, que se articulam periodicamente e realizam ações coletivas com o intuito de criar vantagens competitivas. Tem orientação de um consultor grupal, ligado a

uma entidade empresarial local, que conduz as reuniões do grupo e apoia o desenvolvimento das ações definidas e realizadas pelas empresas.

Vantagens dos Núcleos Setoriais:

- Acesso à capacitação e consultoria gerencial e técnica a custos menores;
- Possibilidade de realização de compras e vendas conjuntas;
- Participação em feiras, missões empresariais e eventos com maior regularidade e menor custo;
- Acesso e ampliação de mercados;
- Aprimoramento tecnológico;
- Ganhos de qualidade, produtividade e competitividade.

Encadeamento de Empresas

Relações cooperativas, de longo prazo e mutuamente atrativas que se estabelecem entre grandes e pequenas empresas de uma mesma cadeia de valor. A finalidade é adequar as pequenas empresas aos requisitos das grandes e facilitar a realização de negócios entre estas, melhorando a competitividade dos dois grupos de empresas e da cadeia de valor como um todo.

Redes de Empresas

É uma associação que se estabelece com empresas de um mesmo segmento para ter acesso a competências complementares e compartilhar custos e riscos. Neste tipo de aliança, é mais perceptível a troca de benefícios mútuos, pois se pode explorar um marketing coletivo, efetuar compras conjuntas, reduzir custos e obter escala de mercado. A seguir:

- Vantagens das Redes de Empresas;
- Estabelecimento de uma relação de confiança;
- Acesso a competências complementares;
- Marketing coletivo;
- Acesso a novas tecnologias;
- Redução de custos e riscos.

Arranjos Produtivos Locais

Aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto de atividades econômicas e que apresentam vínculos de interdependências. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas e suas várias

formas de representação e associações. Incluem, também, outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa; desenvolvimento e engenharia; política; promoção; financiamento.

Características de um APL:

- Dimensão territorial;
- Diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais;
- Conhecimento tácito;
- Inovação e aprendizado interativo;
- Governança;
- Grau de enraizamento.

AGLOMERADOS EMPRESARIAIS

Tipo de Aglomerado				
Grupos de Empresas	Núcleos Setoriais	Encadeamento de Empresas	Rede de Empresas	APL
<ul style="list-style-type: none"> ■ Não especializado. ■ Compartilhamento pontual de objetivo. ■ Algumas ações conjuntas pontuais. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Especializado. ■ Compartilhamento de objetivo. ■ Ações conjuntas. ■ Visão de futuro. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Hierarquia. ■ Uso do poder de compra. ■ Desenvolvimento de fornecedores. ■ Integração agroindustrial. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Horizontal. ■ Marca comum. ■ Ações conjuntas. ■ Atendimento a padrões de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Concentração de empresas especializadas. ■ Interação e cooperação. ■ Inovação tecnológica. ■ Presença de múltiplos atores. ■ Integração como território.
Tipo de Abordagem				
Coletiva e Individual	Coletiva	Coletiva	Coletiva	Coletiva
Tipo de Projeto				
Territorial ou Setorial	Setorial Coletivo ou Setor Segmento	Encadeamento Produtivo	Setor Segmento	Setor Segmento

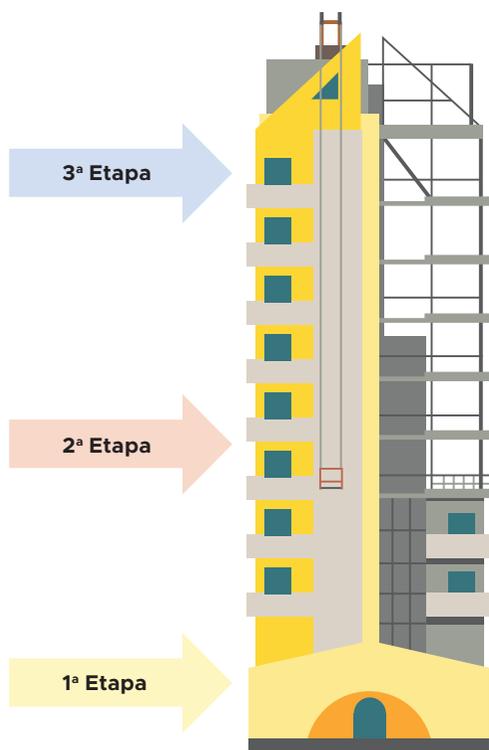
CONCLUSÕES FINAIS

Para além das experiências de **Divisão Territorial** como forma de atuar nos territórios e da tipificação dos **Aglomerados Produtivos**, gostaria de compartilhar nessa publicação um dos aprendizados adquiridos quando da

nossa passagem pela **Universidade de Valência**. Trata-se de um modelo de desenvolvimento local usando a analogia da construção de um edifício, no qual fiz algumas adaptações objetivando um melhor entendimento.

Teoria “do Edifício do Desenvolvimento Local” (CARRILLO, 2000)

O Edifício do Desenvolvimento Local (CARRILO, 2000)



8º Andar – Impulso e institucionalização dos empregos futuros.
7º Andar – Recursos exógenos: no marco de uma perspectiva estratégica do território.
6º Andar – Cultura empreendedora e atitude contra o desemprego.
5º Andar – Participação cidadã: intensiva e extensiva.

4º Andar – Acesso e integração de programas nacionais.
3º Andar – Coordenação administrativa: entre governo local e deste com outras instituições.
2º Andar – Teologias: aplicada ao desenvolvimento do território.
1º Andar – Espírito inovador, criatividade e capacidade inovadora.

Térreo – Concentração social: empresários, sindicatos e outros atores sociais.
Subsolo – Recursos endógenos: diagnóstico, potencialidades e rentabilidades.

É um “edifício dinâmico”, onde sucessivos andares podem ser acrescentados, conquanto que os andares prévios estejam bem fundamentados.

Nos primeiros andares, base da construção, estão a concentração estratégica e a participação cidadã para gerar um processo de desenvolvimento comum. A partir daí, busca-se impulsionar a criatividade e a diferenciação no âmbito local. No quarto andar o foco é na inovação tecnológica e no quinto na coordenação administrativa. Os componentes exógenos são fundamentais para o desenvolvimento local, desde que devidamente “encaixados” na estratégia. Caso contrário, podem extrair valor local. A partir dessa base, os “andares” continuam crescendo, sendo construídos, com serviços para a comunidade e para as empresas, em encadeamentos produtivos.

Um dos grandes questionamentos que fazemos sobre a atuação no desenvolvimento de um determinado território é o tempo necessário para consolidar essa intervenção.

Para ilustrar essa questão, usamos como exemplo de adaptação e perseverança o processo de construção de uma das maiores obras da arquitetura mundial: o **Templo Expiatório da Sagrada Família**, de autoria de Gaudí.

Conhecido popularmente como igreja da Sagrada Família, é um templo-monumento católico situado na cidade de Barcelona (Espanha). Projetado pelo arquiteto catalão Antoni Gaudí, é considerado por muitos críticos como sua obra-prima e expoente maior da arquitetura modernista.

Financiado exclusivamente por contribuições privadas, o projeto foi começado em 1882, tendo a construção



iniciado no ano seguinte, quando Gaudí tinha 31 anos. O arquiteto e escultor dedicou-se a esta obra até o fim de sua vida, em 1926, sendo os últimos quinze anos de forma exclusiva.

O templo começou a ser construído em estilo neogótico, mas o projeto foi reformulado completamente por Gaudí. Inicialmente foi planejado para

ter três grandes fachadas: a Fachada da Natividade, quase concluída por Gaudí em vida; a Fachada da Paixão, iniciada em 1952; e a Fachada da Glória, ainda inconclusa.

Segundo seu proceder habitual, Gaudí foi fazendo modificações a partir de esboços gerais do edifício, adaptando o projeto à medida em que a construção

avançava. Quando Gaudí faleceu, em 1926, apenas uma torre estava concluída. A construção continuou após a morte do arquiteto, tendo sido suspensa em 1936, devido à Guerra Civil Espanhola, e retomada ao fim do conflito.

Do projeto original do edifício só restaram planos rabiscados e um modelo em gesso que foi muito danificado durante a Guerra Civil Espanhola. Desde então prosseguiram as obras: em 2016 foram terminados os portais da Natividade e da Paixão e foi iniciado o da Glória, estando em construção as abóbadas interiores.

O término da obra está previsto para 2026, centenário da morte de Gaudí. Quando estiver totalmente concluído, o templo disporá de 18 torres. A maior delas, dedicada a Jesus Cristo, tem 170 metros de altura. Seu coro é dotado de cinco órgãos e comporta cerca de 2.200 pessoas. O interior é composto por inovadoras colunas arborescentes retorcidas e abóbadas

baseadas em hipérbolas e parábolas, buscando a forma da catenária.

Finalizo com alguns questionamentos:

- Que função tem o desenvolvimento local com visão territorial na consecução de um desenvolvimento mais sustentável?
- Que função tem o SEBRAE neste processo?
- Que partes do modelo exposto são factíveis no território em que você atua e quais não? Por quê?
- Quais são os principais desafios relacionados às atividades econômicas que contribuem no logro de um desenvolvimento mais sustentável?
- Onde estão as oportunidades em relação a estas atividades?
- Quais riscos devemos evitar?

REFERÊNCIAS

BANCO Mundial. **Globalização, Crescimento e Pobreza**. Editora Futura, 2003.

BAR-El, Raphael. **Reduzindo a Pobreza através do Desenvolvimento Econômico do Interior do Ceará**. Fortaleza: Edições IPLANCE – 2002.

BORGES, Ricardo Cesar de Oliveira. **Relacionamento da Liderança Comunitária com o Processo de Desenvolvimento Local**.

BORZACHIELLO, J. **Ceará: um Novo Olhar Geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2012

BRASIL. **Portal do Empreendedor**. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Receita Federal. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2004/Per-gResp2004/pr110a202.htm>. Acesso em: 17 jul. 2015.

BRASIL. Receita Federal. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/DIPJ/2005/Per-gResp2005/pr35a70.htm>. Acesso em: 17 jul. 2015.

HOFFMANN, Rodolfo. Elasticidade da Pobreza em Relação à Renda Média e à Desigualdade no Brasil e nas Unidades da Federação. **Revista Economia**, julho/2005.

INSTITUTO de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. **Perfil Básico**. Disponível em: http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2014/Fortaleza.pdf. Acesso em: 12 jul. 2015.106

JORGE, Israel. **Metodologia Sebrae para Desenvolvimento Territorial em Regiões Urbanas de Baixa Renda.**

JORGE, Israel. **Metodologia Sebrae para Desenvolvimento Territorial em Regiões Urbanas de Baixa Renda.** Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/940792-Metodologia-Sebrae-para-Desenvolvimento-Territorial-em-Regioes-Urbanas-de-Baixa-Renda-Israel-Jorge/>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MINISTÉRIO da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Apresentação.** Disponível em: <http://www.brasilsemisera.gov.br/apresentacao>. Acesso em: 10 jul. 2015.

PINHEIRO, Daniel Rodrigues de Carvalho. **Relacionamento da Liderança Comunitária com o Processo de Desenvolvimento Local.**

<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>. Acesso em: 10 jul. 2015





